

VERA MÁRCIA DA SILVA

**O EMPREGO DA FILOSOFIA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NA
PMMG: A ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
DESAFIO NA ÁREA DO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR**

**BELO HORIZONTE
2011**

VERA MÁRCIA DA SILVA

**O EMPREGO DA FILOSOFIA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NA
PMMG: A ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
DESAFIO NA ÁREA DO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR**

Monografia apresentada à Academia de Polícia Militar/MG e à Fundação João Pinheiro, como requisito para aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP 2011).

Orientador Prof. MSc Sérgio Luiz Felix da Silva.

**BELO HORIZONTE
2011**

**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

ATA DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE MONOGRAFIA

Aos três dias do mês de novembro do ano de 2011, às 13h:30min, no auditório Buriti, na Academia de Polícia Militar, presentes todos os membros da banca examinadora, foi realizada a apresentação pública da monografia intitulada **“RESULTADO PRÁTICO DO EMPREGO DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA 4ª RPM COM O PROJETO DESAFIO DESENVOLVIDO NO 2º BPM”**, elaborada pela **CAP PM VERA MÁRCIA DA SILVA** como requisito para obtenção do título de pós-graduado do Curso de Especialização em Segurança Pública - CESP/2011, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar. Após a apresentação do trabalho, a discente foi arguida pelos membros da Banca Examinadora, composta pelo orientador **PROFESSOR SÉRGIO LUIZ FÉLIX DA SILVA** e pelos avaliadores **TEN.-CEL PM MÁRIO CÉSAR DA SILVA** e **PROFESSORA MARIA RUTH SIFFERT DINIZ TEIXEIRA LEITE**.

Após reunião, a banca examinadora considerou que a monografia atendeu os requisitos

_____, e decidiu por unanimidade pela aprovação, sendo atribuída a nota 9,0.

Este documento expressa o que ocorreu durante a avaliação e vai assinado pelos membros da Banca Examinadora.

Orientador: PROFESSOR SÉRGIO LUIZ FÉLIX DA SILVA – FJP

Ass.: _____

Titulação: _____

Avaliador: TEN.-CEL PM MÁRIO CÉSAR DA SILVA – 2º BPM

Ass.: _____

Titulação: ESPECIALIZAÇÃO (CEBESP)

Avaliadora: PROFESSORA MARIA RUTH SIFFERT DINIZ TEIXEIRA LEITE – FJP

Ass.: _____

Titulação: Mestre em Administração Pública

Dedico este trabalho a Deus, meu caminho, minha verdade e minha vida...

Aos meus pais Geraldo que sacrificando momentos preciosos, acreditou no meu trabalho e se tornou compreensão constante e um repositório contínuo e inesgotável de energia e carinho, pai sua dedicação foi infinitamente maior que a minha.

A minha mãe Luzia pelo apoio, carinho e amor que mesmo distante sempre teve as palavras certas e as lições oportunas que somente um coração materno pode ensinar, Dona Luzia se eu for à ínfima parte do que foi para mim, estarei realizada como mãe, mulher e companheira.

Ao meu filho Jonathas Matheus, pela paciência e compreensão na minha ausência e por sua peculiar forma de administrar os poucos momentos que tivemos, tornando-os maiores e mais inesquecíveis.

A todos os policiais militares da 31ª Companhia (Cia.) do 2º Batalhão da Polícia Militar(BPM), representados, pelo Major do Quadro de Oficiais da Reserva da Polícia Militar de Minas Gerais, Ronaldo Lauriano Ferreira, atual presidente, a escassez de linhas para mencionar os seus nomes, não diminui a importância que tiveram, pelo contrário, consolida a estima que tenho por essas pessoas em meu coração.

Finalmente a toda a comunidade envolvida no projeto, vocês foram os meios, os fins a alma deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial, ao Professor Sérgio Luiz Felix da Silva, meu orientador, pela dedicação, paciência e ensinamentos para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo norteador desta pesquisa foi descrever o processo de elaboração e implementação do Projeto Desafio à luz dos princípios de Polícia comunitária e conforme preconiza a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nr 04/2002 – Comando Geral (CG), que regula a aplicação da filosofia da Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva para a qual foi realizada a aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos policiais militares, assistidos e comunidade que participaram do projeto, bem como os policiais militares e comunidade que participam atualmente do projeto.

A pesquisa se baseou nas teorias da aplicação da filosofia do policiamento comunitário, trazendo a evolução do policiamento: da polícia tradicional à polícia comunitária, onde aborda-se também a evolução e a implementação da filosofia da polícia comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). São mencionados os dez princípios do policiamento comunitário, que devem estar presentes em todas as práticas associadas ao policiamento comunitário e a mobilização social como fator preponderante ao desenvolvimento desta estratégia organizacional. A pesquisa trouxe ainda a missão e estrutura da PMMG com considerações históricas alusivas ao 2º Batalhão da Polícia Militar (BPM), pertencente a 4ª Região da Polícia Militar (RPM). A pesquisa direciona-se para 31ª Companhia (Cia.) do 2º Batalhão da Polícia Militar (BPM), Cia. que desenvolveu o Projeto Desafio, destinado às crianças e aos adolescentes da Vila Santa Terezinha (antiga Favela do Rato, também chamada da Vila da Paz) e a distribuição operacional da 4ª Região da Polícia Militar (RPM) para o conhecimento dos futuros leitores sobre a estrutura organizacional desta região.

A pesquisa traz toda a concepção e implementação do Projeto Desafio, de forma que se entenda o processo de desenvolvimento do projeto à luz da filosofia do policiamento comunitário.

Apresentam-se ao final as considerações sobre o desenvolvimento e exemplo do Projeto Desafio nos aspectos da implementação de projetos e programas de polícia comunitária na PMMG.

ABSTRACT

The guiding objective of this research was to describe the process of elaboration and implementation of the Challenge Project in light of the principles of community and police as recommended by the Guideline for the Production of Public Safety Services 3.01.06/2011 nr - General Command (CG), which regulates the application of the philosophy of Community Policing by the Military Police of Minas Gerais.

It is a descriptive type research for which the application was made of semi-structured to the military police, attended and participated in the design community as well as military police and the community you currently participating in the project.

The research was based on theories of application of the philosophy of community policing, bringing the evolution of policing: the traditional police to community police, which also addresses the evolution and implementation of community policing philosophy of the Military Police of Minas Gerais (PMMG). We mention the ten principles of community policing, which must be present at all practices associated with community policing and social mobilization as a major factor for the development of organizational strategy. The research has brought the mission and structure of PMMG alluding to historical considerations to the 2nd Military Police Battalion (BPM), belonging to the 4th Military Police Region (RPM). The research is directed to the 31st Company (Co.) of the 2nd Military Police Battalion (BPM), Company that developed the Challenge Project, aimed at children and adolescents in Vila Santa Terezinha (formerly Favela do Rato, also called the Village Peace) and the operational deployment of the 4th Military Police Region (RPM) to the knowledge of readers about the future organizational structure of this region.

The research brings the design and implementation of the Challenge Project in order to understand the process of project development in the light of the philosophy of community policing.

We present the final considerations on the development of Project Challenge and example in aspects of project implementation and community policing programs in PMMG.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A EVOLUÇÃO DO POLICIAMENTO: DO TRADICIONAL AO COMUNITÁRIO	12
2.1 Polícia tradicional	13
2.2 Polícia comunitária	16
2.3 Policiamento comunitário na Polícia Militar de Minas Gerais	21
2.3.1 Mobilização Social	24
3 ASPECTOS DA CIDADE DE JUIZ DE FORA	26
3.1 Caracterização socioeconômica	26
3.2 Estrutura organizacional da 4ª RPM	27
3.3 Principais aspectos da história do 2º Batalhão de Polícia Militar	30
3.3.1 Documentos de instalação	31
3.3.2 Primeiro Comandante do 2º BPM	31
3.3.3 Sedes do 2º BPM	32
3.3.4 Fatos importantes	35
3.3.5 Área do 2º BPM	36
3.3.6 Criminalidade em Juiz de Fora	38
4 PROJETO DESAFIO	40
4.1 Noções Introdutórias	40
4.2 Concepção	41
4.3 Implementação do Projeto Desafio	45
5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA	58
5.1 Observação direta intensiva	58
5.2 Análise e interpretação dos resultados	68
6 CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	78
APÊNDICE	94

1 INTRODUÇÃO

Constitui-se tema desta pesquisa monográfica descrever o processo de elaboração e implementação do Projeto Desafio na comunidade do bairro Santa Terezinha, cidade de Juiz de Fora, área do 2º BPM, desde sua criação em dezembro de 2001, sob à luz dos princípios do policiamento comunitário.

A segurança pública de modo geral e especificamente a polícia tem despertado interesse acadêmico nos últimos anos, sendo alvo de constantes debates públicos. As discussões ocorrem à proporção que a sociedade progride e conseqüentemente se depara com o surgimento de novos desafios e obstáculos em seu seio. O trabalho policial numa evolução conjunta deve atuar e dar respostas adequadas e eficazes, de forma que a polícia possa caminhar e se estruturar frente a estas mudanças, consolidando a sua imagem de instituição flexível, proba, transparente e democrática.

A forma de atuação e condução dos trabalhos deve estar muito próxima do público ao qual, os serviços serão destinados. Com esta ideia de aproximação, tem sido desenvolvido em diversos países a filosofia da polícia comunitária, que implica em uma interação entre a polícia e sociedade na construção da segurança.

Vários Estados brasileiros estão comprometidos com essa nova filosofia, notadamente e em particular o Estado de Minas Gerais, onde sua Polícia Militar adotou no ano de 1993 a Diretriz de Planejamento de Operações (DPO) nr 3008, que estabeleceu uma nova doutrina operacional através da parceria com a comunidade por meio da filosofia da Polícia Comunitária.

Esta parceira, cujo slogan era “Polícia Militar – Comunidade solidária na Segurança” enfrentou dificuldades naturais de implantação da filosofia nos diversos níveis da Corporação e também na forma como foi adotada e repassada a comunidade.

As experiências e críticas ocorridas na implementação da filosofia da polícia comunitária na diretriz anterior possibilitou que a Instituição estabelecesse novos princípios norteadores para o planejamento e sedimentação de um novo trabalho, fruto da análise do trabalho antecedente e culminou com a edição da Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nr 04/2002 – Comando Geral (CG), no ano de 2002, que estabeleceu os novas metas, preceitos e valores a serem buscados, objetivando através de árduo planejamento a sedimentação e desenvolvimento da Polícia comunitária no Estado de Minas Gerais.

Recentemente, com o propósito de alcançar seus objetivos institucionais, fundamentados na atual Administração Pública Gerencial, a PMMG, editou uma nova diretriz, a DPSSP nr 3.01.06/2011 – CG, que traz mudanças contextuais com o intuito de aperfeiçoar e estabelecer eficazmente a sedimentação da filosofia da polícia comunitária na organização, desenvolvida através do policiamento comunitário. Esta nova diretriz, foi elaborada a partir: do princípio constitucional da eficiência, regente dos atos da Administração Pública; das competências atribuídas à Polícia Militar de Minas Gerais pela Constituição Estadual e encontram-se dentre outros; a estratégia de longo prazo do Governo do Estado contida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.

O objetivo geral da pesquisa é descrever o processo de elaboração e implementação do Projeto Desafio à luz dos princípios do policiamento comunitário e conforme preconiza a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nr 04/2002 – Comando Geral (CG) , que regula a aplicação da filosofia da Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais.

São objetivos específicos:

- Examinar a evolução do projeto na comunidade;
- identificar os efeitos produzidos pelo projeto em relação a prevenção criminal e a melhoria da sensação de segurança na comunidade do Bairro Santa Terezinha;
- levantar os resultados que o projeto trouxe para a comunidade da Vila Santa Terezinha e para o 2º BPM.

Justifica-se este estudo pelo fato da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) adotar a filosofia da polícia comunitária através de diretrizes que normatizam sua implantação nos diversos níveis. A primeira diretriz foi editada no ano de 1993(Diretriz de Planejamento de Operações Nr. 3008/93) e a segunda diretriz no ano de 2002(Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nr. 04/2002 – Comando Geral (CG), que tinham o objetivo de estabelecer os novos princípios norteadores para o planejamento e sedimentação da Polícia comunitária no Estado de Minas Gerais.

Nesse contexto, a 31ª Cia. do 2º BPM implementa o Projeto Desafio no ano de 2001, com o propósito de aplicar e sedimentar a filosofia da polícia comunitária na comunidade da Vila Santa Terezinha, atendendo crianças e adolescentes em situação de risco criminal.

Diante dessa nova forma de se fazer polícia, a Organização foca o cidadão como um importante consolidador da filosofia da polícia comunitária, que é visto como co-produtor da segurança pública.

Esta idéia fortalece a participação efetiva da comunidade na prevenção criminal, sobretudo com base no artigo 144 da Constituição Federal (segurança pública, dever do Estado e responsabilidade de todos), que busca conscientizar a comunidade sobre o seu papel frente às questões de segurança pública.

A partir dessa inovação na prestação de serviços, onde policiais e comunidade passam a atuar conjuntamente na solução dos problemas de segurança pública, torna-se necessário e pertinente apontar os aspectos que envolveram o desenvolvimento do projeto, analisando-se os reflexos da implementação na comunidade atendida, a fim de avaliar a exequibilidade do projeto frente aos princípios do policiamento comunitário e da diretriz da Corporação que trata do tema.

Examinar os resultados da prevenção criminal na comunidade da Vila Santa Terezinha desde a implementação do projeto que iniciou em dezembro de 2001, e continua em plena atividade até os dias atuais, tem como objetivo contribuir e aplicar o desenvolvimento do projeto na Organização, analisando-se a dinâmica dos trabalhos e difundido-as como subsídios para tornar mais efetiva as ações policiais comunitárias.

Ações estas pautadas nos princípios norteadores do policiamento comunitário e na teoria da filosofia da polícia comunitária, preconizadas na atual Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nr 3.01.06/2011 – Comando Geral (CG), que regula a aplicação da filosofia da Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais; e que revogou as diretrizes anteriores.

Entende-se que a estratégia da mobilização comunitária utilizada para atrair a participação e permanência de lideranças comunitárias, órgãos e entidades no projeto (implementado em 2001, com 09 anos de funcionamento) necessitam ser analisadas e conhecidas para verificar o alcance da gestão compartilhada nos problemas de segurança pública.

O assunto que é pertinente e atual, ainda não foi abordado em outros trabalhos, o que possibilitará a análise da implementação e desenvolvimento do projeto, quanto à aplicabilidade da filosofia da polícia comunitária e os princípios do policiamento comunitário, com a finalidade de reforçá-lo como uma estratégia simples, porém muito eficiente, na solução dos problemas de segurança pública.

A pergunta norteadora desta pesquisa foi no sentido de investigar em que medida o Projeto Desafio, contempla, efetivamente, os princípios da filosofia de polícia comunitária e o que prevê as diretrizes da organização PMMG.

Formulou-se como hipótese básica a adoção do Projeto Desafio orientado, de forma rigorosa, pelos princípios de polícia comunitária e pelas diretrizes organizacionais (elaboração) para o favorecimento e o êxito de sua implementação e, conseqüentemente, os resultados positivos, principalmente em termos da efetiva participação da comunidade.

A pesquisa será descritiva com base teórica específica sobre o assunto, tendo em vista os objetivos propostos no projeto que busca descrever e analisar informações sobre o desenvolvimento do Projeto Desafio na subárea da 31ª Cia. do 2º BPM.

Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, para a qual foi realizada entrevistas semi-estruturadas com as pessoas da comunidade que participam e participaram diretamente do projeto. Como técnica de pesquisa, utilizou-se da pesquisa documental e bibliográfica.

Esta última teve como ênfase uma abordagem das teorias da filosofia da polícia comunitária, tendo como principais autores: TROJANOWICZ, BUCQUEROUX (1994), SKOLNICK, BAYLEY (2002) e MARCINEIRO, PACHECO (2005). Serão utilizadas também obras específicas e afins que abordam o objeto da pesquisa, tais como: CERQUEIRA (2001) e KELLING, COLES (1996), além das Diretrizes para a Produção de Serviços de Segurança Pública, que regulam a aplicação da filosofia da Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Para a compreensão deste tema, este trabalho foi dividido em 05 seções a partir da introdução que é indicativa do conteúdo deste estudo; a seção 1 aborda a evolução do policiamento: do tradicional ao comunitário; a seção 2 apresenta os aspectos sobre a cidade de Juiz de Fora; a seção 3 a descrição do Projeto Desafio; a seção 4 analisa os resultados da pesquisa; a seção 5 tece as conclusões obtidas.

2 A EVOLUÇÃO DO POLÍCIAMENTO: DO TRADICIONAL AO COMUNITÁRIO

Esta seção aborda a polícia sob a perspectiva sócio-cultural, constitucional e administrativa. Após menciona a evolução do policiamento tradicional para o policiamento comunitário, e os aspectos gerais da polícia comunitária em Minas Gerais, e por fim a mobilização social como fator relevante de participação comunitária.

Desde os primórdios dos tempos a palavra segurança apresenta-se na sociedade humana de forma histórica e diferenciada, conforme a época e a evolução da sociedade. O certo é que em cada época a segurança se apresenta conforme a necessidade frente aos momentos históricos. Os autores Marcineiro e Pacheco, (2005, pág.22), mencionam que:

A preocupação do homem com sua segurança remonta à era pré-histórica. Foi pela necessidade de garantir a sua sobrevivência que o homem organizou-se em grupos, dando origem assim aos agrupamentos sociais que mais tarde formariam a sociedade moderna. A necessidade de segurança representou uma das causas mais importantes para o agrupamento social. Nesta época surgiram os núcleos sociais devido ao estado de barbárie em que o homem vivia. (MARCINEIRO e PACHECO, 2005, pág.32)

Para que se possa entender esta evolução é necessário que se conheça etimologicamente a origem da palavra na Grécia Antiga, segundo Lazzarini (apud MARCINEIRO e PACHECO, 2005, pág.23): “Polícia é vocábulo derivado do latim, ou seja, de politia, que por sua vez, procede do grego, isto é politeia, trazendo originalmente, o sentido de organização política, sistema de governo e mesmo governo”.

Com o passar do tempo, assumiu um sentido particular, passando a representar a ação do governo, enquanto exerce sua missão de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações e malefícios.

A polícia está presente com funções de prevenção e repressão ao crime e manutenção da ordem pública, através do uso legítimo da força se necessário, fazendo respeitar e cumprir as leis, é citada num livro datado de 1857, onde o autor já proclamava em alto e bom som que a polícia, considerada no seu todo, compreende e significa a vigilância exercida pela autoridade para manter a ordem e o bem ser (sic) público em todos os ramos dos serviços do Estado, em todas as partes e localidades (ESPÍRITO SANTO; MEIRELES, 2003, p.60).

Com a evolução histórica da organização policial observamos que no decorrer do tempo ocorreram mudanças, obviamente, devido ao desenvolvimento social, político e econômico brasileiro.

Quanto ao aspecto constitucional e administrativo das polícias na preservação da ordem pública: uma organização que exerce a atividade de proteção, com base no poder de polícia, os autores Espírito Santo e Meireles, definem a atividade policial como real e evidente, um instrumento a serviço da proteção social.

Não existe ciência do irreal, do quimérico, daquilo que não se manifesta ou não se encontra na ordem concreta. Positivo é todo objeto perceptível, que vigora de fato ou tem realidade efetiva. A existência da polícia é real e evidente. Não é coisa, mas um instrumento, um processo, uma atividade, um fato social. (ESPÍRITO SANTO; MEIRELES, 2003, p.62-63).

Lazzarini define polícia como sendo:

“o conjunto de instituições, fundadas pelo estado, para que, segundo as prescrições legais e regulamentares estabelecidas, exerçam vigilância para que se mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo, garantindo-se a propriedade e outros direitos individuais.”(LAZZARINI,1987,p.20).

Poder de polícia, segundo Moreira Neto:

“é a atividade administrativa do Estado que tem por fim limitar e condicionar o exercício das liberdades e direitos individuais visando a assegurar, em nível capaz de preservar a ordem pública, o atendimento de valores mínimos da convivência social, notadamente a segurança, a salubridade, o decoro e a estética. (MOREIRA NETO,1987,p.119)

Dentro deste contexto cabe ao Estado manter a normalidade através das polícias militares e civis, competência estabelecida na Constituição Federal de 1988, no caso, mais especificamente, a competência das polícias militares prevista no artigo 144, & 5º: “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; (...)”.

Desta forma, compreende-se o papel constitucional da polícia, que protege os direitos individuais e garante a estabilidade da ordem pública. É a organização policial um instrumento, uma atividade que a torna importante na preservação da ordem e das relações da sociedade humana. Estado, polícia e sociedade estão associados, pois emanam da organização social. O autor Leal (1995,p.8), ao analisar o gênese do poder e do dever de polícia, afirma “que a necessidade de regular a coexistência dos homens na sociedade deu origem ao poder de polícia.”

2.1 Polícia Tradicional

No Brasil, a história da Polícia inicia no ano de 1808 com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil. D. João VI traz consigo a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, considerada como sendo o embrião da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, iniciando assim a história das Polícias no País. Na época da Declaração da Independência, em 1822, a segurança da população se confundia com a própria segurança do país.

No período imperial, segurança pública teve sua significação de acordo com o que provinha o poder do Estado, representado, então, pela monarquia. Em dado momento era referenciada na Constituição, em outro se via envolta com os problemas da sociedade e país concomitantemente, sendo até delegada a outro poder o seu exercício. O vocábulo Polícia recebeu designações de Polícia Municipal Administrativa e Judiciária, que ficava a cargo dos Juízes de Paz.

Neste mesmo período, o País se encontrava envolvido em muitos conflitos internos e externos razão pela qual a Força Policial passou a atuar no campo da Defesa Interna e da Segurança Nacional, agindo em conjunto com o Exército Brasileiro.

Em 1889, ano da Proclamação da República, o país passa por uma transformação social e política. O Decreto nº 1, de 15 de novembro, que institui a República, responsabilizava os governos estaduais pela manutenção da ordem e segurança públicas e pela defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos (art. 5º). Autorizava ainda aos governos estaduais criarem guardas cívicas para o policiamento de seus territórios (art.8º).

A missão constitucional das Forças Públicas, durante o período da República Velha variou entre a segurança pública (nos tempos de paz) e a defesa interna e territorial (durante os períodos de conflito). Pode-se observar ainda que a atribuição de legislar e regulamentar a segurança pública competia aos Estados, configurando as Forças Públicas quase como exércitos estaduais. (MARCINEIRO e PACHECO, 2005, pág.29-30).

As Forças Públicas Estaduais de competência dos Estados passa, então, a Forças Públicas, com status constitucional na Constituição da República de 16 de julho de 1934, art. 5º, XIX. Com a Constituição da República de 1946, art. 5º, XV, f, as Forças Públicas foram denominadas Polícias Militares como força auxiliar e reserva do Exército, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados (art. 183). (MARCINEIRO e PACHECO, 2005, pág.31).

Com a renúncia, em 1961, do presidente Jânio Quadros, o país inicia momentos de turbulência política e social, o que culminou com a Revolução de 31 de março de 1964, momentos marcados por restrição das liberdades políticas e individuais. O regime autoritário introduz mudanças nas instituições, adequando-se e direcionando-se em conformidade com os projetos políticos do regime autoritário. A área de proteção em geral, tem primazia à

segurança nacional, conceito universal ao qual os demais se filiam e se subordinam. Para os autores o valor maior é a defesa do Estado contra o inimigo externo e contra o inimigo interno (Espírito Santo, Meireles, 2003,pg182). O inimigo externo refere-se ao comunismo internacional e o inimigo interno tratava-se dos partidários e simpatizantes do regime comunista.

Encerra-se o período da ditadura marcado pela ausência e incompletude dos direitos civis, que foram retomados após 1985 e fortalecidos com a Constituição Federal de 1988, tendo as polícias iniciado uma nova filosofia operacional comprometida com a democracia.

No Brasil não houve estudos ou reflexões acadêmicas sobre o policiamento comunitário anteriores à sua aplicação pelos policiais. O tema foi basicamente tratado pelos policiais, que buscaram a sua fonte na experiência norte-americana. Recentemente é que os meios políticos e acadêmicos começaram a se interessar pelo modelo do policiamento comunitário (CERQUEIRA, 2001, pág86).

Os fatos históricos revelam que a partir de 1964, no Brasil, as Polícias Militares passaram a ser comandadas por Oficiais do Exército, que repassaram às Corporações os valores adquiridos naquela Força Armada. Com isso as Polícias Militares passaram a dar maior prioridade à defesa interna e a segurança nacional, em detrimento da segurança pública. Esta mudança afetou a forma de atuação das organizações policiais, que de garantidora da segurança nacional e em defesa do Estado, se vê a partir de 1985, garantidora da segurança pública e defensora da sociedade.

Dentro deste contexto ideológico, o suporte em que se baseia a polícia tradicional seria a ideologia reativa, que tem como pressuposto básico, a reação do aparato policial à quebra da ordem pública (MARCINEIRO e PACHECO, 2005 pág 61). Não há então, a preocupação com a prevenção dos fatos que levam à quebra da ordem pública. Na visão dos autores, ocorre a limitação em atender os chamados de emergência, dispondo todos os recursos humanos e materiais de modo a tornar cada vez mais eficiente esta estratégia de atuação.

Para Cerqueira (2001, pág.5), uma das características do modelo tradicional de polícia era uma administração centralizada, que possibilitava o controle interno e rodízios permanentes dos policiais, razão do distanciamento da comunidade onde o policial atuava. Atrelado a esta razão, cita também o desenvolvimento tecnológico, que implicou na substituição do policiamento a pé pelo patrulhamento motorizado, além da utilização do telefone como instrumento de contato do cidadão para solicitar o policial.

Segundo Marcineiro e Pacheco (2005, pág.68), a função policial se restringe a controlar a criminalidade e a prender os criminosos. A relação da polícia com a população deveria ocorrer de maneira profissional, neutra e distante. Os cidadãos eram orientados a solicitarem o auxílio policial através de uma central de comunicações, desencorajando qualquer outra ligação com o policial (CERQUEIRA, 2001, p.7).

Neste sentido, destaca-se a visão de Skolnick e Bayley (2002, pág. 24) que afirmam que por várias décadas, o trabalho de patrulhamento tem sido, cada vez mais, realizado em veículos motorizados, sendo acionado por solicitações telefônicas e mensagens de rádio. Este aumento do número de policiais e de viaturas não reduzem, necessariamente, as taxas de criminalidade, nem aumentam o número de crimes solucionados.

Ao focar a estratégia no incidente, verifica-se que as polícias acabam por não resolver os problemas nem prevenindo o crime.

O que se espera é que os policiais através do patrulhamento sejam capazes de conhecer a comunidade e intervir preventivamente nos problemas afetos a segurança pública da comunidade.

Esta polícia, até então, tradicional, voltada principalmente, para a resolução do crime (repressiva), se vê diante de um enfoque mais amplo, que é a resolução dos problemas através da prevenção.

2.2 Polícia comunitária

Dentro deste novo foco, os organismos policiais vêm adotando a filosofia da polícia comunitária, cuja premissa se sustenta na proximidade com a sociedade na resolução dos problemas de segurança pública, Laura Chinchilla esclarece bem os motivos deste tipo de policiamento:

“Passando por uma crise de legitimidade em diversos países que transitaram do autoritarismo a democracia, as polícias latino-americanas – vistas frequentemente como ineficientes no combate ao crime e violentas no trato com a população – vem abraçando com entusiasmo o modelo comunitário de policiamento como uma tentativa de recuperar prestígio” (CHINCHILLA, 1999, pág.15).

Os autores Trojanowicz e Bucqueroux definem claramente o que é Polícia comunitária:

[...] é uma filosofia e uma estratégia organizacional que propicia uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área. (TROJANOWICZ;BUCQUEROUX, 2004, p.4).

Na mesma linha, Cerqueira salienta que:

[...] a responsabilidade da população dar-se-á na busca constante da preparação do cidadão, sujeito a direitos e deveres, direitos que deve reclamar e deveres que deve exercitar para que se possa estabelecer uma boa convivência social. Assim, na noção de ordem pública, não se pode prescindir da colaboração e da integração comunitária para seu completo entendimento e realização. (CERQUEIRA, 1985, p.8).

Os autores, Skolnick e Bayley, mencionam que:

[...] a premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. A polícia não consegue arcar sozinha com a responsabilidade, e, sozinho, nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso. Numa expressão bastante adequada, o público deve ser visto como “coprodutor” da segurança e da ordem, juntamente com a polícia. Desse modo, o policiamento comunitário impõe uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem. (SKOLNICK;BAYLEY, 2006, p.18).

Os conceitos apresentados enfatizam a integração e cooperação entre polícia e sociedade na identificação dos problemas que lhes afetam, na discussão compartilhada e na busca de soluções conjuntas.

Esta parceria, percebida e entendida, então, como uma estratégia organizacional é adotada como uma alternativa de minimizar e fazer frente à violência, conjugada com a participação comunitária e com a efetividade dos serviços prestados pelas Polícias Militares na busca da melhoria da qualidade de vida.

Diante dessa nova forma de se fazer polícia, a Corporação, então, foca o cidadão como um importante consolidador da filosofia da polícia comunitária.

Esta nova concepção se fortalece na participação efetiva da comunidade na prevenção criminal, sobretudo com base no artigo 144 da Constituição Federal (segurança pública, dever do Estado e responsabilidade de todos), que busca conscientizar a comunidade sobre o seu papel frente às questões de segurança pública.

A polícia comunitária veio para estabelecer uma nova relação entre o Estado e a sociedade. Funciona como um mecanismo democrático onde a participação efetiva da comunidade consolida positivamente a relação entre a sociedade e a polícia e principalmente, funciona como instrumento de solução preventiva nos problemas de segurança pública compartilhado.

Sem a parceria entre polícia e comunidade não há como pressupor uma polícia comunitária. Esta parceria deve buscar a articulação de mecanismos seguros e construtivos para uma melhor qualidade de vida, conquistados através de responsabilidades compartilhadas entre a polícia e a comunidade.

Skolnick e Bayley (2002, p.18) afirmam que a premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção de segurança. Ainda, segundo os autores, “[...] o policiamento comunitário impõe uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem”.

Não podemos, contudo, desassociar a polícia tradicional da polícia comunitária, pois uma complementa a outra. Não há interrupção de uma e criação de outra. O que difere a polícia comunitária do modelo tradicional é a forma de se “fazer polícia”.

O propósito é formar parcerias entre a comunidade e a polícia, de modo a melhorar a qualidade de vida da comunidade, através da participação ativa do cidadão nos assuntos pertinentes à segurança pública. Esta relação deve ser sólida e positiva na gestão da segurança, de forma que se planeje e execute de forma estratégica as expectativas, prioridades e necessidades locais da comunidade.

A polícia comunitária é um modelo que sobrepõe e valoriza o combate ao crime sob o prisma da prevenção, que merece ser celebrado apenas se estiver ligado a um distanciamento das práticas operacionais passadas, e somente se ele refletir uma nova realidade tática e estratégica (SKOLNICK E BAYLEY, 2002, pág.18).

Os autores Trojanowicz e Bucqueroux (2003, pág.09) afirmam que todas as políticas, procedimentos e práticas ligados à polícia comunitária devem pautar-se, como forma de explicar e justificar decisões e ações, nos seguintes princípios:

- a) Filosofia e estratégia organizacional: o policiamento comunitário é ao mesmo tempo uma filosofia (uma maneira de pensar) e uma estratégia organizacional (uma maneira de desenvolver a filosofia) que permite à polícia e às pessoas trabalharem juntas em novas maneiras para resolver os problemas de criminalidade.

- b) Comprometimento com a concessão de poder à comunidade: implica numa mudança dentro da polícia, de forma que se traduza a prática da filosofia da participação do poder. Deve-se dar uma maior autonomia aos policiais (tomada de decisões), respeitando, ainda, suas idéias como profissionais de polícia; à comunidade deve-se dar o direito dos cidadãos participarem como parceiros da polícia na identificação, priorização e solução dos problemas.
- c) Policiamento descentralizado e personalizado: pressupõe a existência de policiais que estejam ligados mais diretamente com as pessoas da comunidade.
- d) Resolução preventiva de problemas, a curto e longo prazo: exige a atuação ampla do papel do policial comunitário, que deve desenvolver iniciativas criativas e abrangentes na melhoria da qualidade vida da comunidade. A visão estreita de apenas atender a chamados e executar prisões deve ser extirpada.
- e) Ética, legalidade, responsabilidade e confiança: o policiamento comunitário pressupõe um novo contrato com a polícia e a comunidade a qual atende, com base na confiança e no respeito mútuo. Ética, responsabilidade, legalidade e confiança devem ser rigorosamente estimulados e praticados mutuamente.
- f) Extensão do mandato policial: a polícia comunitária acrescenta e amplia o papel da polícia preventiva, proporcionando respostas mais efetivas e transformando as comunidades em locais mais seguros para se viver .
- g) (g) Ajuda para as pessoas com necessidades específicas: enfatiza a exploração de novos caminhos para proteger e valorizar a vida de pessoas mais vulneráveis. Assimila e amplia o alcance dos esforços prévios, tais como a prevenção do crime e as relações polícia-comunidade.
- h) Criatividade e apoio básicos: exige do policial abordagens criativas, de acordo com as preocupações contemporâneas da comunidade. Confiança, discernimento, sabedoria e experiência das pessoas que estão na linha de frente da atuação policial são importantes para que este princípio seja alcançado.
- i) Mudança Interna: o policiamento comunitário deve ser uma abordagem plena, que envolve todos os policiais de um departamento, que devem atuar como generalistas que fazem a ponte entre a polícia e a comunidade atendida. Uma vez aceito o policiamento comunitário, todos os policiais devem praticá-lo.
- j) Construção do futuro: a polícia comunitária é uma filosofia e uma estratégia que fornece a capacidade de resolver as necessidades locais à medida que elas mudam através do tempo. Não é uma tática a ser aplicada e depois abandonada.

Ainda, segundo os autores muitos grupos usam estes princípios como um guia, ao redigir planos, referindo-se a princípios específicos como uma justificativa ou explicação para certas decisões ou ações.

Segundo Skolnick e Bayley (2002, pág. 19-39), o policiamento comunitário está bastante vivo ao redor do mundo e parece que vem crescendo rapidamente. Os autores ao examinarem as experiências do policiamento comunitário em quatro continentes, encontraram quatro áreas programáticas de policiamento que caracterizaram ações voltadas para o policiamento comunitário. Para os autores, os departamentos de polícia executam e não apenas falam do policiamento comunitário quando agem de acordo com as quatro normas abaixo:

“a) Prevenção do crime baseada na comunidade:

A prevenção do crime com base na comunidade é o objetivo último e a peça central do policiamento orientado para a comunidade. As ações preventivas devem ter como objetivo o atendimento aos anseios da comunidade. Os policiais devem se interagir e conhecer a comunidade para atender os anseios da comunidade.

b) Reorientação das atividades de patrulhamento:

Menciona que o patrulhamento motorizado aleatório e a resposta rápida podem não deter o crime de maneira eficaz ou mesmo levar a uma detenção maior de criminoso e defende que os policiais devem se interagir e conhecer a comunidade, de forma que as operações de patrulhamento encorajem um envolvimento mais profundo da polícia com a comunidade.

c) Aumento da responsabilidade da polícia:

As polícias devem ouvir a comunidade e criar novas oportunidades de se fazer isso. Ao avaliar a opinião do cidadão a respeito dos serviços policiais, a polícia irá melhorar a prestação de serviços. O policiamento comunitário exige maior responsabilidade da polícia, devido à participação da comunidade, que se propõe a cooperar e apoiar o desenvolvimento do policiamento comunitário. Polícia e comunidade devem participar mutuamente.

d) Descentralização do comando:

As comunidades têm prioridades e problemas diferentes uma das outras, razão pela qual o policiamento comunitário deve ser adaptável e flexível. Para isso, a descentralização do comando é necessária para a atuação local. Os comandantes devem possuir liberdade para agir de acordo com suas próprias leituras das condições locais, de modo que possam ser mais coerentes na realização de seus planos de policiamento, sendo um degrau em direção ao policiamento comunitário.

Skolnick e Bayley (2002, pág.32) afirmam que “o policiamento comunitário é congruente com as prioridades da comunidade e um convite à cooperação pública para conhecer e solucionar a maioria dos crimes.” Os autores enfatizam a importância do engajamento da polícia com a sociedade e outras agências na prevenção do crime e nas iniciativas de descoberta de criminosos.

Cavalcante (2002, p.10) em sua tese sobre Policiamento Comunitário, afirma que:

“[...] Cabe portanto, a comunidade idealizar, priorizar e instituir soluções a curto, médio e longos prazos, servindo de canalizações na prestação de serviços, descentralização e personalizados, da organização para a comunidade. É necessário que os policiais ajam como verdadeiros ‘ombudsman’ para a Polícia Militar e como verdadeiros fiscais da comunidade, junto a outros órgãos privados que possam oferecer apoio” (CAVALCANTE, 2002, pág.10).

No policiamento comunitário não se pode prescindir da colaboração e da integração comunitária para seu completo entendimento e realização. Para que se estabeleçam as parcerias, no contexto da polícia comunitária, é necessário que haja o envolvimento da comunidade.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (2003, pág.90), “toda vez que grupos de cidadãos, a indústria privada, ou cidadãos particulares têm atacado os problemas do crime, do medo e da desordem, os resultados têm sido impressionantemente melhores do que os obtidos pelo sistema de justiça criminal”.

O Projeto Segurança Pública para o Brasil, de Luiz Inácio Lula da Silva que trata do Policiamento Comunitário diz que:

“[...] nesse tipo de policiamento, cada policial converte-se em um agente dotado de autonomia e responsabilidade. Cabem a ele ou a ela as tarefas de identificar os problemas da área em que atua e de hierarquizá-los, diagnosticando suas causas imediatas e definindo estratégias de intervenções preventivas, que devem ser acompanhadas criticamente por avaliações sistemáticas, conduzidas em conjunto com os supervisores e os representantes da comunidade local” (SILVA, 2002, p.45).

Desta forma, tem-se que “a premissa central da polícia comunitária é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção de segurança pública” (SKOLNICK e BAYLEY, 2002, pág.18). Mobilizar e conscientizar sociedade e policiais desta importante participação efetiva na prevenção do crime são os desafios que as polícias terão que vencer.

2.3 Policiamento comunitário na Polícia Militar de Minas Gerais

A abertura democrática nos anos 80 no Brasil e a Constituição Federal de 1988, trouxe inovações para a Corporação com a sedimentação da filosofia da polícia comunitária, que tinha a idéia de uma polícia orientada para a solução de problemas e melhoria da qualidade de vida das comunidades praticada em diversos países do mundo.

Percebeu-se que por meio da filosofia da polícia comunitária, a comunidade auxiliava na identificação e solução dos problemas, e que esta estratégia comunitária possibilitaria a prevenção criminal através de parcerias.

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) normatiza então, no ano de 1993 a Diretriz de Planejamento de Operações(DPO) nr 3008, que estabeleceu uma nova doutrina operacional através da parceria com a comunidade por meio da filosofia da Polícia Comunitária. Instituiu-se com a diretriz políticas operacionais sobre polícia e comunidade e a adoção da idéia *polícia e comunidade solidárias na segurança*.

Antes de 1993, tentou-se implantar na PMMG o policiamento distrital, que representou uma das primeiras iniciativas para a sedimentação da polícia comunitária. Esta iniciativa foi similar ao modelo japonês, que matinha a presença fixa de um policial militar, preferencialmente, no bairro onde residia, como forma de aumentar a interação da polícia com a comunidade, contudo não se obteve o sucesso esperado na redução da criminalidade e na sensação de segurança da comunidade. Souza (*apud* FREITAS, 2003, pág.29) atribui o

fracasso da tentativa de se implantar a polícia comunitária em Minas Gerais à inexistência de parcerias logísticas operacionais efetivas; à resistência de participação das comunidades e dos militares; à falta de treinamento dos militares que seriam empregados no novo modelo de polícia e à falta de apoio e descrença do alto-comando da Polícia Militar na efetividade da filosofia que se propunha.

Entretanto, devido às dificuldades de implantação da filosofia, seja nos diversos níveis da Corporação, seja pela forma como foi adotada e repassada à comunidade, a diretriz foi revogada. As experiências e críticas ocorridas na implementação da filosofia da polícia comunitária na diretriz anterior possibilitou que a Instituição estabelecesse novos princípios norteadores para o planejamento e sedimentação com a edição da Diretriz para a produção de serviços de segurança pública n 04/2002(DPSSP) – CG (Comando Geral), no ano de 2002.

Com a DPSSP nr 04/2002, estabeleceu-se programas e projetos com base nos princípios do policiamento comunitário, como: filosofia e estratégia organizacional; comprometimento da organização com a concessão de poder à comunidade; policiamento descentralizado e personalizado; resolução preventiva de problemas a curto e em longo prazo; ética, legalidade, responsabilidade e confiança; extensão do mandato policial; ajuda às pessoas com necessidades específicas; criatividade e apoio básico por parte dos diversos níveis de Comando; mudança interna e construção do futuro.

Recentemente nova diretriz entrou em vigor, a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nr 3.01.06/2011 – Comando Geral, que traz mudanças contextuais com o intuito de aperfeiçoar e estabelecer eficazmente a sedimentação da filosofia da polícia comunitária na organização, desenvolvida através do policiamento comunitário, daquela que é sobremaneira a melhor alternativa que se adequa ao Estado Democrático de Direito. Ela é uma alternativa ao modelo tradicional de polícia (MARCINEIRO, 2005, contracapa).

A diretriz regula a aplicação da filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerias , cujo objetivo geral é sedimentar a Filosofia de Polícia Comunitária, alinhada a missão, visão e valores da PMMG, com ênfase na prevenção situacional da violência, do crime, da criminalidade e na resolução de problemas (DPSSP 3.01.06/2011,2011,pg11).

Neste sentido, a filosofia da polícia comunitária, tema central da diretriz, tem como principais linhas de ação: ênfase nas pessoas, liderança participativa, inovação na solução de problemas, foco na sociedade e no cidadão, polícia orientada para a solução de

problemas e melhoria contínua da qualidade de vida das comunidades (DPSSP 3.01.06/2011,2011,pg11).

A sedimentação da filosofia de polícia comunitária consiste num processo complexo, que depende de mudanças estruturais que atinjam todos os níveis da Corporação. Por ser uma estratégia organizacional requer envolvimento em todos os níveis para que seja bem sucedida.

A preocupação com a implementação parte de um método avaliativo que visa medir o progresso do programa, realizado através de indicadores para avaliar o resultado da implementação da filosofia, de forma a mensurar e avaliar o policiamento comunitário e aperfeiçoar a qualidade do trabalho prestado.

Conforme Paladini (2007, pág.38), todo indicador precisa ter condições de ser mensurável, quantitativo, com ações claramente estruturadas e definidas. Nestes termos, não há possibilidade de considerar como indicador o nível de sabedoria de um indivíduo, a redução do número de acidentes em uma rodovia, a motivação da comunidade em participar com a polícia sobre segurança pública, pois estes fatores não possibilitam criar uma estrutura clara e precisa, bem como existem fatores que não dependem, unicamente da ação da organização, mas do próprio indivíduo.

Para isso, os indicadores apresentam características importantes: devem ser simples, mensuráveis, compreensíveis, confiáveis, atingir as principais etapas do processo e ter estabilidade ao longo do tempo; objetividade; clareza; precisão, viabilidade; representatividade; visualização; ajuste; unicidade; alcance e resultados.

Além da diretriz que regulariza a aplicação do policiamento comunitário, tem-se o Plano Estratégico 2009 – 2011, que consiste em um documento elaborado para detalhar e governar o rumo da organização, com o propósito de orientar o estabelecimento de ações táticas e operacionais, sendo um instrumento técnico que expressa a definição das decisões do nível estratégico dentro do processo de gestão (MINAS GERAIS, 2009).

Neste documento está previsto a estratégia do item 8.3.4: Consolidar a filosofia da polícia comunitária como serviço de policiamento de prevenção criminal e de mobilização da comunidade para a solução de problemas na municipalidade através da ação: implantação de programas de Polícia Comunitária, com base nos princípios prescritos na diretriz que regula a aplicação da filosofia, em todo o Estado, em 100% das Companhias (Cias.) da Região da Polícia Militar (RPM) com pelo menos um programa implantado (MINAS GERAIS, 2009, pág.47).

Esta estratégia, estabelecida para a área de resultados da gestão operacional, visa consolidar a filosofia da polícia comunitária, incentivando a mobilização comunitária para angariar apoio na solução dos problemas locais que afetam ou possam afetar a segurança pública.

2.3.1 Mobilização Social

A mobilização social é muitas vezes confundida com manifestações públicas, com a presença das pessoas em uma praça, passeata, concentração. Mas isso não caracteriza uma mobilização. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos (TORO e WERNECK, 1996, pág.05).

Para escrever sobre o objeto de estudo, é necessário abordar alguns aspectos teóricos sobre mobilização social para que se possa verificar a importância da mobilização comunitária na filosofia do policiamento comunitário.

Inicialmente, mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados (TORO e WERNECK, 1996, pág.05). Sob este prisma deve-se considerar o interesse de um propósito comum e relevante daquilo que convém a todos. Neste caso, as pessoas escolhem, assumem e se conscientizam do ganho coletivo, dada a possibilidade de mobilização e conquista de seus propósitos.

“Toda ordem social é criada por nós. O agir ou não agir de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos. Em outras palavras, o caos que estamos atravessando na atualidade não surgiu espontaneamente. Esta desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto e antes de converter a discussão em um juízo de culpabilidades- se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele” (TORO e WERNECK, 1996, pág.07).

Para os autores a capacidade que a sociedade tem de se mobilizar nos faz responsáveis pela ordem, desordem, sucesso e fracasso de nossas escolhas. Afirmam ainda que não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir e não assumirmos o nosso destino, não nos sentirmos responsáveis por ele, porque não nos sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessas visões é sempre de fatalismo ou de

subserviência, nunca uma atitude transformadora. A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os “males” da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar (TORO e WERNECK, 1996, pág.08).

Entendemos, assim, a importância da mobilização comunitária na aplicação da filosofia do policiamento comunitário, atrelado ao chamamento da prática de democracia, através do art. 144 da Constituição Federal (CF), que preconiza a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

A mobilização social explicita e define as escolhas da sociedade. Quanto mais participativo tiver sido o processo de sua elaboração, mais estas escolhas refletirão a vontade de todos e serão por todos compartilhadas (TORO e WERNECK, 1996, pág.06).

Neste contexto, é que entendemos que a implementação da filosofia da polícia comunitária só é possível se houver a mobilização comunitária, pois a premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança (SKOLNICK e BAYLEY, 2002, pág.18).

Não há como direcionar a aplicação do policiamento comunitário se não houver a participação da sociedade. As polícias não conseguem arcar sozinha com a responsabilidade, e, sozinho, nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso (SKOLNICK e BAYLEY, 2002, pág 18).

É necessário também que se considere as sete aprendizagens básicas para convivência social, segundo J. B. Toro (1993):

- “- Aprender a não agredir o semelhante: fundamento de todo modelo de convivência social;
- Aprender a comunicar-se: base da auto-afirmação pessoal ou do grupo;
- Aprender a interagir: base dos modelos de relação social;
- Aprender a decidir em grupo: base da política e da economia;
- Aprender a cuidar de si: base dos modelos de saúde e seguridade social;
- Aprender a cuidar do entorno: fundamento da sobrevivência;
- Aprender a valorizar o saber social: base da evolução social e cultural” (TORO, 1993, pág.23).

Estes aprendizados devem ser desenvolvidos na aplicação da filosofia do policiamento comunitário pela sociedade e pelos policiais para que se possa trabalhar junto na resolução dos problemas locais de segurança pública e melhorar a qualidade de vida na comunidade, que é um dos princípios do policiamento comunitário.

Esta relação sólida e positiva entre polícia e sociedade será possível se houver a mobilização comunitária. O reconhecimento da gestão da segurança deve ser internalizado e

praticado por ambas as partes, onde a sociedade se mobiliza e engaja com a polícia, e esta por sua vez, entenda que esta nova forma de se fazer polícia é uma estratégia organizacional, onde a segurança deve ser construída por todos. A sociedade exerce um papel consultivo; o poder de decisão continua nas mãos da polícia (NETO, 2003, pág.33).

É necessário que a sociedade civil adquira esta nova mentalidade, de forma que perceba que a busca dos objetivos, mesmo àqueles que tenham interesses distintos, podem ser discutidos e colocados acima das divergências em prol do interesse coletivo. Faz-se necessário também que as polícias entendam que devem estar aliadas a sociedade civil e sensíveis aos seus anseios.

Esta colisão de vontades, estabelecida pela parceria polícia/ comunidade e fortalecida pela mobilização comunitária permitirá a construção de melhores mecanismos e instrumentos de segurança.

Neste contexto, a participação, em um processo de mobilização comunitária, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não podemos falar da participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é, mas ela cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado (TORO e WERNECK, 1996, pág.15).

Para isso, o policiamento comunitário defende a idéia de que já é tempo de avançar para além do mero trabalho mais rápido e pesado para um trabalho feito de maneira mais inteligente, através da resolução mais duradoura dos problemas comunitários (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 2003, pág.37).

Estabelece sob este prisma a idéia de que a mobilização comunitária deve ser uma ação rotineira e essencial para se chegar ao esperado e que a aplicação do policiamento comunitário deve funcionar de forma estratégia na resolução dos problemas.

A fusão dessas idéias permitirá a evolução para a filosofia do policiamento comunitário na medida em que a alta administração, a média gerência e os operadores reconheçam na base conceitual da filosofia os preceitos adequados para o cumprimento do papel social da instituição policial. A mudança, entretanto, precisa ir além dos integrantes das organizações policiais. Precisa atingir às demais organizações do sistema de segurança pública e, também, à sociedade civil (MARCINEIRO e PACHECO, 2005, pág.16).

A participação de todos, segundo Toro e Werneck (1996, pág.15) deve ser considerada como uma necessidade para o desenvolvimento social. A participação é uma aprendizagem, quando conseguimos nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa

(como a melhoria da escola do bairro), para depois sermos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas (como a preservação de um área verde ou a melhoria do trânsito). Podemos ainda nos articular com outros grupos para desafios maiores, como o fim da violência, o combate ao desemprego, etc. Aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia.

Segundo Michael Walzer (*apud* PUTNAM, 1996, pág.101), o interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica. Para Putnam (1996, pág. 101) o significado básico da virtude cívica parece residir em "[...] um reconhecimento e uma busca perseverante ao bem público a custo de todo interesse puramente individual e particular".

Fillemon Macedo Veloso – Timon (MA) - 05/02/2009, durante sua palestra sobre mobilização comunitária mencionou que:

‘A mobilização comunitária é uma ação pluralizada entre a comunidade, a polícia e os diversos segmentos, e visa o desenvolvimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida, através da comunicação entre os meios citados. A polícia tem muita dificuldade em motivar e sustentar a participação pública. No entanto esforços não estão sendo poupados no sentido de melhorar suas condições de vida, dependentes de ações governamentais e estreitos contatos com organizações locais, tais como igrejas, associações de comerciantes e de moradores. Há uma grande diferença entre áreas nobres e as áreas carentes. Nota-se que em áreas nobres os grupos costumam estar mais preocupados com a resposta aos crimes, ações da polícia mais repressão, já em áreas carentes, a experiência cotidiana com a arbitrariedade ou a indiferença governamental e policial. Existem três estratégias de mobilização comunitária com intuito de unir questões diferentes, pessoas diferentes em objetivos comuns. No controle social há um interesse da polícia em ampliar e legitimar seu controle sobre o território. No meio de auto-ajuda a polícia utiliza-se dos "olhos e dos ouvidos" dos residentes e usuários do bairro com a finalidade de potencializar sua capacidade de prevenir crimes e manter a ordem. Na parceria decisória a característica é a participação ativa do público em todos os processos. Enfim é crucial a realização exaustiva dessas três estratégias de mobilização comunitária para o crescimento do policiamento comunitário’ (VELOSO)

Observa-se que a mobilização comunitária é extremamente necessária para a filosofia do policiamento comunitário.

3 ASPECTOS DA CIDADE DE JUIZ DE FORA

Esta seção aborda os aspectos gerais da cidade de Juiz de Fora, citando sua localização e características sócio-econômicas para que o leitor possa se situar. Aborda-se ainda os documentos sobre a Organização Básica da Polícia Militar de Minas Gerais, especificamente sobre a 4ª Região da Polícia Militar(RPM).

3.1 Caracterização sócio-econômica

O município de Juiz de Fora localiza-se na mesorregião da Zona da Mata e microrregião de mesmo nome no Estado de Minas Gerais, a sudeste da capital do estado, distando desta cerca de 283 km. Em 2010, sua população foi contada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 517 872 habitantes, sendo então o quarto município mais populoso de Minas Gerais e o 36º do Brasil. Ocupa uma área de 1 429,875 km², sendo que do total, 317,740 km² estão em perímetro urbano.

A cidade tem uma temperatura média anual de 19,25°C e na vegetação do município predomina a mata atlântica. Em relação à frota automobilística, em 2009 foram contabilizados 152 509 veículos. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,828, considerando como elevado em relação ao estado.

A cidade de Juiz de Fora foi emancipada de Barbacena na década de 1850. A versão mais conhecida de sua etimologia é que o nome seja uma referência a um juiz de fora, magistrado nomeado pela Coroa Portuguesa para atuar onde não havia juiz de direito, que hospedou-se por pouco tempo em uma fazenda da região, passando esta a ser conhecida como a Sesmaria do Juiz de Fora. Hoje é formada pela cidade de Juiz de Fora além dos distritos de Rosário de Minas, Torreões e Sarandira, subdivididos ainda em 111 bairros.

A cidade de Juiz de Fora passou a ser conhecida como "Manchester Mineira" à época em que seu pioneirismo na industrialização a fez o município mais importante do estado. Com a grande crise econômica de 1929, a economia dos municípios mineiros ligados à cafeicultura sofreu grande abalo e Juiz de Fora só conheceu novo período de

desenvolvimento a partir da década de 1960. Sua área de influência estende-se por toda a Zona da Mata, uma pequena parte do Sul de Minas e também do Centro Fluminense.

3.2 Estrutura organizacional da 4ª RPM

Para entender a estrutura organizacional da 4ª RPM (Região de Polícia Militar) ressalto a organização do Estado Brasileiro, que tem sua organização regida pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988.

A Constituição Federal de 1988, no campo da segurança pública, preconiza, em seu Título V - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III - Da Segurança Pública, artigo 144, caput, inciso V, e § 5º, primeira parte, que:

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

V - polícias militares;

...

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; (BRASIL, 1988).

Por sua vez, a Constituição do Estado de Minas Gerais, art. 136, prevê em seu Título III - Do Estado, Capítulo II - Da Organização dos Poderes, Seção V - Da Segurança do Cidadão e da Sociedade, Subseção II - Da Segurança Pública, a Polícia Militar como um de seus órgãos responsáveis pela função de segurança pública e estabelece no art. 142 às bases institucionais da Corporação, ao preconizar que:

Art. 142 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças públicas estaduais, são órgãos permanentes, organizados com base na

hierarquia e na disciplina militares e comandados, preferencialmente, por oficial da ativa, do último posto, competindo-lhe:

I - à Polícia Militar, a polícia ostensiva de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as atividades relacionadas com a preservação e a restauração da ordem pública, além da garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicos, especialmente das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural;

...

III - à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal. (MINAS GERAIS, 1989).

Dentro deste contexto, a PMMG traduz sua identidade organizacional em três elementos principais: declaração da missão, visão de futuro e valores institucionais.

A missão é a declaração da razão da existência da organização. Ela define o negócio da instituição, fornecendo uma indicação sucinta e clara daquilo a que ela se propõe: assegurar a dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais, contribuindo para a paz social e para tornar Minas o melhor Estado para se viver.

Os valores são virtudes desejáveis ou características básicas positivas que a instituição quer preservar, adquirir e/ou incentivar. Constituem uma fonte de inspiração no ambiente de trabalho. Os valores servem para dar significado à direção buscada pelos integrantes da Corporação:

- Respeito aos direitos fundamentais e Valorização das pessoas;
- Ética e Transparência;
- Excelência e Representatividade Institucional;
- Disciplina e Inovação;

- Liderança e Participação;

- Coragem e Justiça

Sob este prisma, para o exercício de suas funções constitucionais e sociais, a organização possui uma disposição tática dentro do Estado, estruturando-se pela Lei nº 6624 de 18 de julho de 1975 da que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar de Minas Gerais, da seguinte forma:

Art. 51 - O Estado será dividido em regiões, áreas, subáreas, setores e subsetores em funções das necessidades decorrentes das missões e das características regionais.

Art 52 - Entende-se por:

(1) I - Região: espaço geográfico de responsabilidade de um Comando Regional de Policiamento;

II - Área: espaço geográfico de responsabilidade de um Batalhão ou Grupamento;

III - Subárea: espaço geográfico de responsabilidade de uma Companhia ou Subgrupamento;

IV - Setor: espaço geográfico de responsabilidade de um Pelotão ou Seção;

V - Subsetor: espaço geográfico de responsabilidade de um Grupo ou Subseção.

Parágrafo único - Os Comandos de Batalhão em todo o Estado e os Comandos de Companhias e Pelotão de Polícia Militar no interior do Estado deverão ter sua sede na área, subárea ou setor de sua responsabilidade.

Art 53 - A organização e o efetivo das Unidades de Execução Operacional, consideradas as características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas das áreas, subáreas, setores e subsetores, obedecerão às seguintes diretrizes:

I - Batalhão se articula em Companhias, estas em Pelotões e estes em Grupos;

II - O Grupamento se articula em Subgrupamento e estes em Seções e estas em Subseções.

...

No Interior do Estado, a Polícia Militar está articulada em quinze Regiões, compostas de batalhões e Companhias Independentes. Cada Região dispõe também de uma Cia Independente de Meio Ambiente e Trânsito voltadas para atuações específicas nestas atividades. Para a criação e instalação dessas Unidades ou Frações de Polícia Militar (Fr PM), considera-se, dentre outros fatores, os índices de criminalidade e de violência.

Dentre estas regiões destacamos a 4ª Região de Polícia Militar, que foi criada na cidade de Juiz de Fora através do Decreto nº 25.381, de 27 de janeiro de 1986. O 4º Comando de Policiamento de Área – CPA 4, assim denominado à época, foi instalado no dia 24 de abril do mesmo ano, hoje denominada Quarta Região da Polícia Militar, tendo sob sua subordinação quatro batalhões e três companhias, além de vários órgãos estratégicos, abrangendo o total de 86 municípios.

Atualmente o Comandante da 4ª RPM é o Coronel PM Ronaldo Nazareth, que assumiu a região no dia 04/02/11.

Mapas da articulação operacional da 4ª RPM (Anexo)

Para fins do estudo deste trabalho abordaremos o 2º BPM, mais especificamente a subárea da 31ª Cia. onde acontece o Projeto Desafio.

3.3 Principais aspectos da história do 2º Batalhão de Polícia Militar

Com o advento da república em 1889, cogitou-se logo a reorganização do antigo Corpo Policial da Província, desdobrando-o em quatro unidades distintas sob a sigla de Corpos Policiais do Estado de Minas Gerais. Surgiram, então, criados pelo Decreto nr. 37, do terceiro Governador do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva de 6 de maio de 1890, o 1º Corpo

(atual 1º BPM), com sede em Ouro Preto; o 2º Corpo (atual 2º BPM, posteriormente “Dois de Ouro”) com sede em Uberaba; o 3º Corpo (atual 3º BPM) com sede em Juiz de Fora, e finalmente o 4º Corpo (atual 4º BPM) com sede em Diamantina.

3.3.1 Documentos de instalação

Na documentação existente nos arquivos da Polícia Militar consta que dos quatro Corpos Policiais criados, apenas o primeiro se instalou no mesmo dia, em Ouro Preto, dada a sua situação especial e privilegiada de Sede do Governo.

A primeira ordem do dia do 2º Corpo de Polícia foi expedida ainda em Ouro Preto, em 1º de junho, deslocando-se a Unidade para seu destino, em Uberaba, ali se instalando a 6 de junho de 1890, num prédio sito à Rua do Comércio, após festiva recepção proporcionada pelos habitantes da “Princesa do Triângulo”.

É dessa data a segunda Ordem do Dia da Unidade, assim como é conhecida como a data do seu aniversário de instalação.

A 31 de dezembro de 1890, a comunidade uberabense ofereceu ao 2º Corpo a sua primeira Bandeira Nacional, benta na Igreja-Matriz daquela cidade pelo pároco da época, cônego Carlos José dos Santos.

A solenidade de recepção da Bandeira Nacional foi brilhantíssima, tendo assinado a Ata de batismo, não só a oficialidade do Corpo, como as autoridades civis e eclesiásticas de Uberaba.

3.3.2 Primeiro Comandante do 2º BPM

Em aditamento ao Decreto nr. 37, de criação das quatro Unidades, o Dr. João Pinheiro da Silva nomeou o Tenente-Coronel João Alcino de Farias Comandante do 2º Corpo de Polícia. Teve este oficial a árdua tarefa de instalar em Uberaba, no período compreendido entre 6 de maio de 1890 a 4 de maio de 1892, o 2º Corpo, empreendendo ali incessante luta contra o crime e a contravenção.

Mercê de seu esforço e elevada capacidade de comando, foi projetada naquela região a primeira imagem positiva do 2º Corpo, cumprindo este seu destino grandioso de Unidade pioneira.

3.3.3 Sedes do 2º BPM

O 2º Corpo de Polícia permaneceu em Uberaba durante 13 anos consecutivos, arcando com a responsabilidade do policiamento ostensivo de toda a região do triângulo mineiro, até que pelo Decreto nr. 1.631, de 26 de agosto de 1903, sancionado pelo então Governador Dr. Francisco Antônio de Sales, foi transferido para a nova capital do Estado, Belo Horizonte, já então com a denominação de 2º Batalhão de Brigada Policial do Estado de Minas Gerais.

Em Belo Horizonte se instalou a Unidade a 3 de outubro de 1903, num prédio situado à Rua Guarani, nr. 119, conforme ata lavrada e assinada pelas altas autoridades civis e militares presentes no ato.

Nesse mesmo dia, procedente de Diamantina, de onde foi transferido, assumiu o Comando do 2º Batalhão de Brigada Policial o Tenente-Coronel João Inácio da Costa Santos, signatário da Ordem do Dia nr. 01, da capital do Estado.

O prédio onde se instalou o 2º Batalhão, não satisfazia as condições mínimas exigidas para o bom andamento do serviço. Em razão disso, objetivando dotar a unidade de um prédio próprio e que correspondesse à expectativa, o Dr. Francisco Antônio Sales adquiriu em fins de 1905, um edifício na Avenida do Comércio (atual Rua Santos Dumont) esquina com Rua da Bahia, aonde mais tarde veio a funcionar a Escola de Engenharia.

O mencionado imóvel, que foi construído para nele funcionar o antigo Hotel Antunes, foi logo adaptado para a sede do Corpo de Tropa.

Concluída a obra, instalou-se o 2º Batalhão na sua nova sede a 14 de julho de 1906, comparecendo no ato, o próprio Governador do Estado, acompanhado de autoridades militares e eclesiásticas, bem como intelectuais da capital do Estado. Sob a sigla de 2º Batalhão de Infantaria (2º BI) a Unidade permaneceu pelo período de cinco anos.

A sede definitiva do 2º BPM seria em Juiz de Fora, já então cognominada “Manchester Mineira” e “Princesa de Minas”. Foi nessa época que o comércio de Juiz de

Fora, por intermédio do Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, conseguiu a transferência do 2º BI da capital para Juiz de Fora, através do Decreto nr. 3.218, de 18 de julho de 1911, sancionado pelo Governador Sr. Júlio Bueno Brandão.

Em data de 06 de agosto de 1911 o 2 Batalhão fez a sua entrada festiva em Juiz de Fora, sendo recebida pelas altas autoridades, o comércio em peso, o clero e os operários das fábricas. Grande massa popular acompanhou os nossos soldados da estação ferroviária até o prédio que fora sede da imigração italiana, devidamente escolhido para Quartel da Unidade onde foi instalada na mesma data.

Nesta mesma data, durante festiva recepção, a comitiva juizforana ofertou à tropa que chegava uma bela bandeja de prata.

Para se ter uma idéia do que foi a chegada e instalação do 2º BPM em Juiz de Fora, transcrevemos a primeira Ordem do Dia expedida pelo Major Agostinho Lopes de Oliveira, Comandante interino, do seguinte teor:

“Comando do 2º Batalhão de Brigada Policial do Estado de Minas Gerais
Juiz de Fora, 06 de agosto de 1911.

Ordem do Dia nr. 01- para conhecimento do Batalhão e fins convenientes, faço público o seguinte:

A sociedade juiz-forana, querendo dar uma prova exuberante do cultivo de que é dotada e de civismo que caracteriza a cada um dos que a constituem, vem de receber-nos com carinho de irmãos muito queridos, e nos cativa com fidalga gentileza de uma festiva recepção. Irmãos, por sermos filhos da mesma grandiosa pátria, comungarmos todos os mesmos princípios cívicos quiseram os dignos filhos de esta adiantada cidade nos receber com as provas de afeto que entre irmãos existe, na convicção de que respeitar e estimar seus soldados é cumprir um dever que constitui forte incentivo para o desempenho de nossa missão, que não é outra senão a de velar pela inviolabilidade das instituições vigentes.

No desempenho desta missão, que para nós é dever por excelência, muitas vezes arriscamos nossa vida para garantir a de outrem, assim como para garantirmos a propriedade e a honra dos que estão confiados à nossa guarda.

Para isso deixamos de parte os interesses particulares, as desafeições pessoais, nos constituindo às vezes protetores obrigados dos nossos próprios inimigos. E se tanto exige o rigor dos princípios que nos governam como força armada, se a culta população da qual recebemos tão espontâneas ovações não ignora, o que é certo, que os benefícios da nossa ocasião se estendem a amigos e desafetos indistintamente, maior valor devemos dar à manifestação de que somos alvos, e que não traduz nossos méritos, mas generosidade e cavalheirismo de que são dotados nossos distintos patrícios desta hospitaleira cidade, vos concito, pois, meus queridos comandados, a vencerdes dificuldades e empenhardes o melhor dos vossos esforços, a vos sacrificardes mesmo cumprimento de nossos ardentes deveres para corresponder à bondade dos que se manifestam nossos amigos nos dando tão cativante acolhimento.

Que nesta terra a ordem seja mantida em todos os seus princípios e que sem preocupações se entreguem: o cientista aos livros; o capitalista industrial à multiplicação dos seus capitais e produtos; o operário às ferramentas, fiados todos na vigilância do 2º Batalhão de Brigada Policial de Minas Gerais, são os votos mais ardentes que faço para a prosperidade que merece esta abençoada parcela do nosso querido estado.

Eu me congratulo com o povo juiz-forano por haver finalmente chegado a sua consecução do seu justo desiderato de ver sua cidade constituída Sede de Batalhão e

com este por ter a felicidade de ser aquartelado na mais importante cidade de Minas e em comemoração a tão notável acontecimento, determino sejam postos em liberdade as praças pressas correccionalmente, tendo alta dos postos respectivos, os que tiverem deles privados temporariamente.

(a) Agostinho Lopes de Oliveira, Major Comandante Interino”.

A 29 de julho de 1926, o Tenente-Coronel João Franco do Couto, ao assumir o comando da Unidade, tomou a louvável iniciativa de erigir uma capela sob a invocação de Santa Terezinha do Menino Jesus, numa colina à direita do Quartel.

A Ata Inaugural da referida capela foi lavrada na casa residencial do Comando, a 2 de outubro de 1927, sendo paraninfo da benção da imagem o Coronel Benjamim Fonseca, ficando o templo como capela filial do então Curato da Glória e aguardando a posterior benção de Dom Justino José de Santana, bispo titular da Diocese Metropolitana de Juiz de Fora.

Três anos depois, sob a égide protetora de Santa Terezinha, a 3 de outubro de 1930, de conformidade com os planos devidamente estabelecidos, realizava o 2º Batalhão, sob o comando do Coronel Edmundo de Lery Santos, a mais perfeita retirada estratégica de que se tem notícia em terras do Brasil, neste século:

Antes mesmo da eclosão do Movimento Revolucionário, exatamente a 15 de setembro, já se encontrava sob a cama do quarto de dormir do engenheiro agrônomo Último de Carvalho (mais tarde 1º Tenente Revolucionário) em Rio Pomba, um aparelho radiotransmissor do 2º BPM.

No dia e hora aprazados para o início da Revolução, data consagrada a Santa Terezinha do Menino Jesus, organizou o Comandante Edmundo Lery dos Santos uma festa improvisada, junto à Capelinha, mandando para o local a Banda de Música, que ali passou a executar vários dobrados cívico-religiosos e ali atraindo, com o repique de sino, a população católica da redondeza.

Enquanto isso se realizava, sob as vistas da tropa adversária, serpeavam os soldados do “2 de Ouro” pela Serra da Grama acima, rumo a Rio Pomba e Ubá, local de concentração da Coluna Leste para ao início da ofensiva.

A Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, foi uma consequência lógica da Revolução Liberal de 1930. E outra não poderia ser a atitude de Minas Gerais ao se colocar ao lado do Governo Federal, se atentarmos para a época e o período de transição por que passava o país.

Além disso, ainda estava latente na memória de todos, os acontecimentos de dois anos antes. E o 2º Batalhão, como toda a Força Pública de Minas, foi novamente chamado ao combate, cobrindo-se de glórias na região do Túnel da Mantiqueira.

Mas, se durante a sua participação na Revolução de 1930, não houve derramamento de sangue de irmãos, o mesmo não ocorreu em 1932, quando o “2 de Ouro” pagou um pesado tributo com as perdas das preciosas vidas de saudosos companheiros.

A 31 de dezembro de 1934, a Associação dos Professores de Juiz de Fora, ofereceu uma linda e valiosa Bandeira Nacional ao então 2º Batalhão de Caçadores Mineiros da Força Pública, em atenção aos relevantes serviços prestados pela unidade à população local.

A Bandeira Nacional oferecida pelos professores foi solenemente recebida, com as formalidades de estilo, pelo Tenente-Coronel José Pinto de Souza, comandante da OPM, com a tropa formada em frente ao Parque Halfeld,. Esta bandeira foi agraciada mais tarde em Ouro Preto, com a Grande Medalha da Inconfidência.

3.3.4 Fatos importantes

A 5 de novembro de 1962, acompanhando o progresso de Juiz de Fora, o 2º Batalhão implantou efetivamente o policiamento ostensivos nas ruas e praças da cidade.

No ano de 1963, por iniciativa pioneira da Polícia Militar, o 2º Batalhão instalou, em sua sede, o anexo I do Colégio Tiradentes, hoje transformado em majestoso e modelar estabelecimento de ensino, com curso primário, secundário de ambos os ciclos e o normal, nos quais, desde sua fundação, tem se formado centenas de futuros policiais militares, bem como seus dependentes.

A aula inaugural do Colégio Tiradentes de Juiz de Fora foi proferida a 6 de junho de 1963, no Ginásio de Educação Física da Unidade, pelo Coronel Argentino Madeira, grande paladino da causa do ensino no seio da Polícia Militar.

A 31 de março de 1964, no governo do Dr. José de Magalhães Pinto, quando o a Polícia Militar de Minas Gerais, participou da Revolução Democrática então deflagrada, eis o “2 de Ouro”, como tropa pioneira, designada pelo General Antônio Carlos da Silva Murici, para formar a vanguarda do Destacamento Tiradentes, que daqui partiu naquele dia, com o objetivo propício de eliminar o comunismo, restaurar a ordem e a disciplina e reintegrar o país

na verdadeira democracia. A 2 de abril do mesmo ano, após uma arrancada fulminante, hasteava o 2º BPM a Bandeira Nacional recebida dos professores juiz-forano, em pleno Estádio do Maracanã, local das grandes e retumbantes vitórias. Esse feito lhe vale ser a sua Bandeira condecorada com a grande Medalha da Inconfidência.

A 11 de março de 1970, no comando do Tenente-Coronel Iêdo Miranda, assumiu o Batalhão, em definitivo, o policiamento ostensivo de trânsito e rádio patrulhamento da cidade.

A 13 de maio de 1972, por ocasião da visita do Governador Rondon Pacheco à Unidade, foi lhe feita uma exposição das necessidades prementes da mesma, destacando-se em primeira plano, a construção imediata de uma nova sede, em substituição ao velho e obsoleto prédio dos idos da Imigração Italiana.

Atendido em suas reivindicações, o então Tenente-Coronel Cícero Magalhães, a 23 de agosto de 1972, dava início à demolição de 1.000 m² do antigo Quartel, surgido em seu lugar um edifício moderno e adequado ao fim revisto, numa área construída de 2.100 m² e em três blocos distintos, inaugurados em 15 de maio de 1973.

Em 22 de setembro de 1981, foram introduzidas em Juiz de Fora pelo 2º BPM as Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM) desencadeadas por um Pelotão Especializado, que enfeixa a malha protetora, combatendo a mais eficácia e criminalidade violenta principalmente, contra ao patrimônio, bem como as diversas formas que lhe são associadas.

Em 6 de novembro de 1985, foi inaugurado o Canil do 2º BPM, na Sede da Unidade, com um plantel de 8 cães.

A 20 de fevereiro de 1987, o 2º Batalhão implantou o policiamento feminino, entregando à população juiz-forana, 46 soldados femininos, com atuação no serviço de trânsito, no Centro de Operações Policiais Militares (COPOM) e no policiamento motorizado.

O “2 de Ouro” foi o pioneiro no emprego do policiamento feminino no interior de Minas Gerais.

3.3.5 Área do 2º BPM

A área operacional do 2º BPM situa-se na região da Zona da Mata, limitando-se ao norte com o 9º BPM, sediado em Barbacena; a oeste com o 8º BPM, sediado em Lavras; ao nordeste com o 11º BPM, sediado em Manhuaçu; ao sul com o Estado do Rio de Janeiro;

sendo sua área abrangida pelas cidades de Juiz de Fora, Lima Duarte, Rio Preto, Olaria, Santa Bárbara do Monte Verde; Matias Barbosa; Belmiro Braga; Simão Pereira e Pedro Teixeira.

O 2º BPM atualmente está sediado na Avenida Rui Barbosa, s/nr – Bairro Santa Terezinha e está articulado operacionalmente em seis companhias: 30ª Cia. PM; 31ª Cia. PM; 70ª Cia. PM; 104ª Cia. PM; 135ª Cia. PM e 136ª Cia. PM.

A 31ª Cia. PM, a qual será abordada, é a subárea onde se desenvolve o Projeto Desafio. A Cia. está instalada na Rua José Libânio Rodrigues, nr 700 – Bairro Bandeirantes desde julho de 1991. A subunidade é responsável pela preservação da ordem pública na subárea da cidade, composta por 27 bairros da região nordeste de Juiz de Fora, além dos destacamentos de Coronel Pacheco e Chácara.

Esta região apresenta uma tipologia de ocupação onde as áreas mais próximas da região centro são constituídas de moradias e pequenos prédios destinados à classe média, associados ao comércio expressivo. Constituindo exceção desta região, os bairros Bom Clima, Quintas Avenida I e II e Recanto dos Lagos, que abrigam população de classe média-alta. Já as áreas mais distantes deste referencial geográfico são caracterizadas por moradias e bairros mais populares, com uma separação responsável por boa parte do abastecimento da cidade e do comércio de bairro.

A região caracteriza-se pela presença de vários corredores que dão acesso às cidades de Ubá, Belo Horizonte e Bicas, além do Aeroporto Regional, sendo que podemos destacar a Avenida Brasil, Avenida Barão do Rio Branco e Avenida Juiz de Fora (MG - 353) e Rua Paracatu. Devido a esta característica a subárea tem uma grande população flutuante e uma grande quantidade de veículos circulando nestes corredores.

O bairro Santa Terezinha, sede do Projeto, em particular conta com forte comércio e número significativo de empresas dos setores de indústrias e serviços. Na parte central do bairro há o aglomerado conhecido como Favela do Rato, também chamado de Vila Santa Terezinha e Vila da Paz. A Vila fica ao lado do antigo Presídio Santa Terezinha, estabelecimento prisional marcado pela superlotação de presos, lugar de rebeliões e mortes, triste e sombrio, que foi desativado no ano 2000. Cinco anos depois se transformou na Escola Estadual Mercedes Neri Machado. O aglomerado que se formou ao lado do presídio dá fundos para o Rio Paraibuna, que corta a cidade, tendo o 2º BPM na parte da frente da Vila, separados por uma rua onde há uma escadaria que dá acesso ao batalhão.

A Cia. é a subunidade que gerencia e administra as ações e operações preventivas e repressivas de manutenção da ordem pública.

3.3.6 Criminalidade em Juiz de Fora

Segundo pesquisa do IPEA, Juiz de Fora está entre as três cidades mais seguras do País (Acesso em 28 de julho de 2011, Disponível em: www.conotec.com.br/investirjf.html).

Juiz de Fora é a terceira cidade no ranking dos municípios brasileiros onde se pode viver com mais segurança, segundo dados de pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - e divulgada pela revista *Época* em sua última edição. O levantamento levou em conta as cidades mais seguras e as de maiores índices de violência do País, com objetivo de estabelecer um indicador do risco de homicídio ao qual o cidadão está exposto. Este índice para Juiz de Fora, considerando o universo de 100 mil habitantes, ficou em 8,16, sendo superado apenas pelas cidades de Joinville, com 8,03, e Maringá, primeiro lugar no ranking, com 7,94. Para construir esse indicador, os pesquisadores do IPEA levaram em conta as informações do Censo 2000 e os dados de óbitos do Ministério da Saúde.

O objetivo foi verificar se em um município com maior exposição a riscos sociais, como habitação precária, desigualdades entre a população, número expressivo de mães adolescentes e de crianças que não frequentam a escola, levam a um maior número de homicídios, o que ficou comprovado em 95% das cidades pesquisadas.

Na administração do prefeito Alberto Bejani (2004 – 2008) a preocupação com a segurança se estende também à defesa social, ampliando este conceito. O prefeito enviou à Câmara Municipal mensagem que prevê a criação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, reunindo órgãos como a Gerência de Transporte e Trânsito, a Defesa Civil, a Guarda Municipal e a Central de Informações para Estudos da Violência. Essas duas últimas serão estruturadas a partir da criação da secretaria.

O objetivo é reduzir ainda mais os indicadores não apenas da criminalidade, como o da violência no trânsito, o abuso da exploração de menores. Enfim, estamos concentrando todos os esforços para que os resultados possam ser ainda mais eficazes", diz o prefeito Alberto Bejani. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social vai agir em conjunto com entidades como as polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, dentre outros.

Juiz de Fora ocupa a vigésima sétima posição no ranking de criminalidade do estado de Minas Gerais. No índice de criminalidade violenta, a cidade sobe mais uma posição e chega a vigésimo oitavo. O panorama é bastante confortável, uma vez que a cidade está em

quarto lugar em população. Ou seja, cidades bem menores que Juiz de Fora apresentam índice de criminalidade muito maior.

4.PROJETO DESAFIO

4.1 Noções Introdutórias:

Durante uma visita de reconhecimento da Vila Santa Terezinha, no mês de outubro de 2011, a comandante do 1º Pelotão da 31ª Cia./2º BPM percebeu a situação de vulnerabilidade social em que se encontravam as crianças e adolescentes da Vila.

Verificou-se através da boa receptividade dos moradores da comunidade, principalmente das crianças e dos adolescentes, a situação de abandono, carência e exclusão daquele público, a possibilidade de se desenvolver um trabalho comunitário.

Inicia-se a partir daí a idéia de se conceber um projeto voltado para as crianças e adolescentes, que se encontravam em situação de vulnerabilidade pela presença de pequenos traficantes, usuários de drogas e consumidores de bebida alcoólica.

O objetivo era desenvolver atividades com este público alvo, de forma a afastá-los desta vulnerabilidade através da prevenção.

O trabalho desenvolvido de forma errática iniciou em novembro de 2001.

No ano de 2001 a rotina das crianças da Vila Santa Terezinha, também chamada de Vila da Paz, mudou. Em vez de ficarem ociosos e excluídos das atividades comuns a muitas crianças e adolescentes, eles passaram a acordar cedo e incorporado no seu dia a dia o Projeto Desafio. Policiais militares da 31ª Cia. do 2º BPM, SPMs, Igreja católica, Prefeitura Municipal e comunidade do bairro Santa Terezinha despertaram e resolveram se reunir para desenvolver um projeto em parceria, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade da Vila Santa Terezinha. A história deste despertar e da caminhada em direção à solução é uma lição de cidadania e respeito às crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha, se não de outras cidades.

Com a certeza de que a responsabilidade de um mundo melhor depende de ações conjuntas e que esta responsabilidade parte de todos nós, seja como cidadãos, seja como comunidade é que se desenvolveu o Projeto Desafio sob a coordenação da Polícia Militar, sob à luz da filosofia da polícia comunitária.

Assim, iniciou o Projeto Desafio, que tem o compromisso de transformar a vida das crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha (Favela do Rato) através das parcerias e de atividades sócio-educativas.

Isto significa o reconhecimento de que a gestão da segurança não é de responsabilidade exclusiva da polícia, mas da sociedade como um todo. Os debates recentes envolvendo novos modelos policiais referem-se exatamente às formas de viabilização desta parceria de trabalho (NETO, 2003, pág 29).

Com esta visão transformadora é que se apresenta o Projeto Desafio nas linhas seguintes.

4.2 Concepção

A 31ª Cia. do 2º BPM tem sob sua jurisdição 27(vinte e sete) bairros, sendo dividida em três pelotões. A Comandante do 1º Pelotão (1º Ten PM Vera Márcia da Silva) à época, após uma visita de reconhecimento à Vila Santa Terezinha, reuniu-se com os policiais 2º Sgt PM Sérgio Werneck Muller e 3º Sgt PM Daílze Aparecida G. Seiberlick para traçar uma estratégia de ação para as crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha. Nesta reunião ficou decidido que no dia 20/11/2001, às 20:00 horas, na primeira reunião setorizada com vários presidentes de bairros, seria apresentada uma pauta com os seguintes assuntos:

- a) Cadastramento de famílias mais carentes dos bairros e contato com a prefeitura, buscando melhorias para o bairros;
- b) Conjugação de esforços e trabalho entre a Polícia Militar (PM), autoridades e SPM (Sociedade Pró-Melhoramento);
- c) Aprimoramento do trabalho da PM para prestar um melhor atendimento aos bairros;
- d) Busca de uma forma de trabalho conjunto entre a pastoral do menor e a Polícia Militar, executando programas sócio-educativos com vistas a diminuir a ociosidade entre crianças e adolescentes;
- e) Campanha de brinquedos para o natal; programas amigos da escola;
- f) Palestras e parcerias (presidentes de bairro) para a festa de natal.

Nessa reunião foram discutidos assuntos pertinentes à segurança pública dos bairros, sendo apresentado pelos policiais: 1º Tenente da Polícia Militar(PM) Vera Márcia da Silva, 2 º Sargento PM Sérgio Werneck Muller e 3º Sargento PM Daílze Aparecida G. Seiberlick, a intenção de desenvolver um trabalho com as crianças e adolescentes da Favela do Rato, aglomerado localizado dentro do bairro Santa Terezinha, com base na filosofia da polícia comunitária. Vale ressaltar que antes desta reunião setorizada os três policiais já haviam observado a situação de vulnerabilidade social em que se encontravam as crianças e adolescentes do aglomerado, razão pela qual o comandante do 1º Pelotão convocou a reunião setorizada e direcionou os trabalhos.

A reunião setorizada foi registrada em um livro ata, cuja abertura se deu em 25/10/2001, sendo a cópia da ata anexada ao relatório destinado ao Comandante da 31ª Cia., Capitão PM Ângela Maria Diniz, a época, no dia 02/12/2001, sobre os assuntos discutidos.

O objetivo da realização do trabalho junto as crianças e adolescentes se baseou na DPO nr 3008/93, cuja slogan era Polícia Militar – Comunidade solidária na Segurança. A Diretriz prescrevia que:

O policiamento comunitário constitui-se no trabalho participativo entre a polícia e o público que respeita as leis, para prevenir o crime, prender os marginais, encontrar soluções para os problemas e melhorar a qualidade de vida da população (DPO 3008, p.2).

Com a definição do policiamento comunitário como uma filosofia (uma maneira de pensar) e como uma estratégia organizacional (uma maneira de desenvolver a filosofia) que permite à polícia e às pessoas trabalharem juntas em novas maneiras para resolver os problemas de criminalidade, tornou-se oportuno e possível desenvolver o projeto na Vila Santa Terezinha. A diretriz permitiu a tomada de ações e decisões para esta nova concepção de se fazer polícia. Exige-se dos policiais um novo modo de oferecer o serviço policial à comunidade , o qual passa a ter um papel fundamental neste modelo de polícia, pois requer um contato contínuo e sustentado com as pessoas da comunidade respeitadoras da lei, de modo que possam, em conjunto explorar novas soluções criativas para as preocupações locais, servindo os cidadãos como auxiliares e voluntários. Esta estratégia organizacional orienta e exige a ação da Polícia e do policial como um todo, focada em princípios e conceitos na solução dos problemas da comunidade.

O policiamento comunitário fomenta, portanto, um ambiente organizacional e cultural voltado alinhar a conduta policial às características locais (NETO, 2003, pág.32), ou

seja, estabelece-se uma parceria cujo papel é consultivo e compartilhado entre polícia e sociedade.

O policiamento descentralizado e personalizado passa a ser institucionalizado na Vila Santa Terezinha, pois acredita-se que na existência de policiais que estejam ligados mais diretamente com as pessoas da comunidade. Esta conduta requer contatos permanentes e contínuos com a comunidade na busca da resolução dos problemas. Nesta linha, defensores do modelo comunitário sustentam que a estratégia do patrulhamento a pé contribui para aumentar a qualidade e a intensidade do contato policial-cidadão: A patrulha a pé oferece uma relação de confiança e simpatia com os cidadãos que não ocorreria normalmente com um oficial fechado por trás da janela de um automóvel (NETO, 2003, pág 37). Houve o engajamento dos policiais com seu local de trabalho e com a comunidade deste setor, de forma que, devido ao conhecimento que possuíam do bairro e das pessoas que nele vivem, os policiais tornaram-se os catalisadores para a solução dos problemas.

No dia 07/12/2001 às 20 horas no PPC do bairro Bom clima ocorreu outra reunião com os presidentes de bairros e policiais militares, onde foi comunicado a realização da campanha de natal para a Favela do Rato e a visita das crianças e adolescentes no dia 17/12/2001 na Transitolândia do 2º BPM. A visita à Transitolândia foi uma estratégia de aproximação deste público para o início dos trabalhos , que tinha a finalidade de colocar em prática a filosofia, melhorando a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

Após a visita foi realizada a festa de natal da comunidade da Favela do Rato no dia 20/12/2001 nas instalações do antigo presídio, localizado ao lado da favela . Ao lado deste aglomerado existia o Presídio Santa Terezinha, que foi desativado no ano 2000. Cinco anos depois se transformou na Escola Estadual Mercedes Neri Machado.

Em 18/01/2002 às 18h e 30min no salão da Beneficência realizou-se uma reunião com os pais, crianças e adolescentes da comunidade da Favela do Rato, com a presença do presidente do bairro, Geraldo de Souza e policiais militares, cuja pauta, apresentada pela 1º Ten PM Vera abordou os seguintes assuntos: missão constitucional e policiamento comunitário; propostas do projeto; ocupação sócio-educativa das crianças e adolescentes; exemplos de vida e importância da participação efetiva dos envolvidos.

A reunião teve o objetivo de explicar à comunidade de que forma seria desenvolvido o projeto e qual era a real intenção da Polícia Militar no trabalho a ser desenvolvido. Nesta reunião estabeleceu-se um contrato mútuo do que ia ser ofertado às crianças e aos adolescentes e o que queríamos em troca. Ficou acordado a busca das

atividades esportivas e educacionais por parte da Polícia e em contrapartida a participação efetiva da comunidade e do público alvo para solucionar o problema da vulnerabilidade.

Nesta reunião preliminar esclareceu-se a filosofia do policiamento comunitário e seus objetivos conforme a DPO 3008/93-CG. Ficou definido ainda que a partir do cadastramento(feito de forma não programada, onde todas as crianças e adolescentes presentes foram cadastrados) das crianças e dos adolescentes, onde foi registrado as atividades que estes jovens gostariam de fazer, seria marcada outra reunião para divulgar os resultados das parcerias para o desenvolvimento do Projeto Desafio. Neste ínterim, os policiais, 1º Ten PM Vera, 2º Sgt PM Werneck e 3º Sgt PM Daílze buscaram parcerias de entidades públicas e privadas para atender os anseios dos jovens da Favela do Rato. Os primeiros parceiros do projeto foram o Clube Tupi Sport Clube, 4º Batalhão de Bombeiros Militares(BBM), Associação Desportiva da Polícia Militar (ADPM), Serviço Nacional da Indústria (SENAI), comerciantes e pessoas da comunidade.

Em 11/03/2002, às 19h e 10 min no salão da igreja Santa Terezinha a Coordenadora do projeto e Comandante do 1º Pelotão da 31ª Cia., 1º Ten PM Vera, acompanhada dos policiais militares do 1º Pelotão e parceiros apresentaram o resultado das buscas das parcerias. Os resultados foram que as atividades iniciais do projeto seriam com aulas de natação, futebol e cursos no SENAI para adolescentes com faixa etária de 15 a 19 anos, onde todos os cadastrados foram atendidos. A reunião foi registrada em ata pelos policiais. Além destas atividades os jovens participavam de aulas de dança, música e palestras com uma psicóloga, todas ministradas por policiais militares lotados no 2º BPM.

No dia 23/04/2002, às 16:00 horas, o Projeto Desafio, foi então, definitivamente apresentado no auditório do Instituto Cândido Tostes, localizado no bairro Santa Terezinha, à sociedade juiz-forana, cuja finalidade foi esclarecer que o policiamento comunitário constitui-se no trabalho participativo entre a Polícia Militar e o público que respeita as leis. Esclareceu-se ainda, que para prevenir o crime é necessário que sejam traçadas soluções para os problemas de cada comunidade. Com esta visão, o Projeto Desafio contempla as atitudes de parceria dos integrantes da subárea da 31ª Cia. e as lideranças comunitárias comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da população. Citou-se ainda, que o Projeto Desafio foi desenvolvido pela 31ª Cia., onde os policiais se sensibilizaram com a situação de miséria a que estão submetidos às crianças e adolescentes, com o principal objetivo de tirá-las da ociosidade, onde estão sujeitas a se tornarem traficantes, marginais em potencial, levando em conta o meio em que vivem (ordem de serviço nr 001/2002).

4.3 Implementação do Projeto Desafio

Em 29/04/2002 foi encaminhado ao Comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar, Tenente Coronel PM Jorge José do Valle Filho um relatório com o desdobramento do Projeto Desafio, com o seguinte teor e de autoria desta pesquisadora:

“São treze crianças/adolescentes no futebol na Escolinha do Tupi, vinte e sete crianças/adolescentes na natação, dezessete crianças/adolescentes na dança, no coral e no teatro e doze adolescentes fazendo vários cursos no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

As atividades são planejadas conforme QTS (Quadro de atividades semanais), tendo uma lista de chamada em todas as atividades e montamos pastas de acordo com as atividades desenvolvidas contendo dados pessoais dos alunos, autorização dos pais para participar do projeto, relação dos aniversariantes e eventos que futuramente irão participar.

Cobramos também os boletins das escolas desses alunos, pois visamos também o bom andamento nos estudos, o que é primordial para permanecer no projeto.

No dia 23 de abril de 2002 realizou-se uma solenidade onde se apresentou a comunidade juiz-forana o projeto com o objetivo de mostrar o trabalho preventivo da 31ª Cia.

Nossa meta é atender a demanda da Vila Santa Terezinha, após trabalharmos com outras crianças/adolescentes da comunidade da 31ª Cia.

A comunidade da Vila Santa Terezinha se tornou nossa prioridade por ser a mais carente, podendo causar as outras comunidades problemas de segurança, devido à ociosidade e a carência dessas pessoas.

Saliento que estamos fazendo um regulamento para o projeto juntamente com assistente social, psicóloga e pedagoga para regularizarmos o período que estas crianças/adolescentes ficariam conosco, visando à formação de caráteres e que faremos um trabalho com os pais futuramente dando prosseguimento a continuidade da formação dessas crianças.

Acreditamos na prevenção, acreditamos que a participação da Polícia Militar nesta nova forma de pensar é uma das soluções para se combater a criminalidade.”

As atividades do projeto, proporcionadas as crianças e adolescentes com faixa etária de 06 a 18 anos incompletos cadastrados pelo projeto eram realizadas em locais diversos, pois não se tinha uma sede própria. As aulas do reforço escolar eram ministradas no

salão da Paróquia de Santa Terezinha, as aulas de natação na Praça de Esportes 2 de Ouro (codinome do 2º BPM), as aulas de dança, capoeira e música eram realizadas em um galpão situado no bairro Santa Terezinha, e as palestras com a psicóloga eram desenvolvidas no Salão da Beneficência, também dentro do bairro Santa Terezinha.

Convencionou-se que iríamos nos referir as pessoas residentes na Favela do Rato como a comunidade da Vila Santa Terezinha, idéia aceita e adotada pela coordenação dos trabalhos e pelos participantes, evitando-se assim, tratá-los de forma pejorativa. A mudança na forma de se referenciar sobre a comunidade fazia parte da estratégia de ação do projeto, cujo objetivo era valorizá-los, incluí-los dentro do contexto do trabalho.

Com o desenvolvimento do trabalho foram proporcionadas outras atividades como futebol feminino na Escola do Flamenguinho, realização de cursos de Office-boys e recepcionistas através do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), curso de artes plásticas modernas e curso de introdução à informática.

Em todas as atividades era servido um lanche as crianças e adolescentes, adquiridos através de doações dos comerciantes da comunidade e comerciantes de outros bairros.

O princípio da criatividade e apoio básicos torna-se presente nas ações mencionadas, uma vez que exige do policial abordagens criativas, de acordo com as preocupações contemporâneas da comunidade. Confiança, discernimento, sabedoria e experiência das pessoas que estão na linha de frente da atuação policial são importantes para que este princípio seja alcançado. Trojanowicz e Bucqueroux (2003, pág.14).

No período de 19 de agosto a 22 de novembro de 2002, a coordenadora do projeto, participou de um curso de multiplicadores do ensino humanístico promovido pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento e Instituto de Educação e Segurança. A cada semana do mês o curso era realizado na APM (Academia de Polícia Militar) em Belo Horizonte. O curso possibilitou a confecção de um plano de trabalho e avaliação, que até então, não havia, pois o projeto foi sendo realizado de forma errática. Os objetivos do plano de trabalho eram: 1ª fase - interagir, ocupar, proporcionar diversão e prática de esportes e a 2ª fase - era profissionalizar, conforme quadros abaixo:

PLANO DE TRABALHO E AVALIAÇÃO

OBJETIVO 1ª fase: Ocupar, proporcionar, diversão e prática de esportes; interagir.

OBJETO E SUAS DIMENSÕES	PERGUNTAS IMPORTANTES	ATIVIDADES, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS.	INDICADORES E EVIDÊNCIAS	PÚBLICO ALVO	TEMPO E RESPONSÁVEL
<p>- Ocupar as crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha e comunidade adjacentes (subárea da 31ª Cia.), proporcionando-lhes lazer e diversão através de práticas esportivas como futebol, dança, música, capoeira, natação;</p> <p>- Interagir as crianças/adolescentes da comunidade Vila Santa Terezinha com as comunidades adjacentes (subárea da 31ª Cia.) e outras.</p>	<p>- Como atrair as crianças/adolescentes da comunidade Vila Santa Terezinha?</p> <p>- Como amenizar a exclusão social desta comunidade?</p> <p>- Como e com quem conseguiremos proporcionar estas atividades as crianças/adolescentes?</p> <p>- Como expandir a idéia do projeto para outras comunidades?</p>	<p>- Espaço;</p> <p>- Voluntários;</p> <p>- Parcerias.</p>	<p>- Oportunidades;</p> <p>- Carência;</p> <p>-Exclusão;</p> <p>- Implantação do policiamento comunitário.</p>	<p>- Crianças e adolescentes da comunidade da Vila Santa Terezinha e Crianças e adolescentes dos bairros vizinhos a Vila Santa Terezinha.</p>	<p>- Indeterminado;</p> <p>- Prefeitura, comunidade e Polícia Militar respectivamente.</p>

PLANO DE TRABALHO E AVALIAÇÃO

OBJETIVO 2ª fase: Profissionalizar

OBJETO E SUAS DIMENSÕES	PERGUNTAS IMPORTANTES	ATIVIDADES, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS	INDICADORES E EVIDÊNCIAS	PÚBLICO ALVO	TEMPO E RESPONSÁVEL
<p>- Auto sustentação da comunidade Vila Santa Terezinha;</p> <p>- Elevar a auto-estima da comunidade da Vila Santa Terezinha através de suas possibilidades e dificuldades, proporcionando-lhes perspectivas de uma vida digna, através da profissionalização das habilidades da própria comunidade;</p> <p>- Permitir as escolhas para que haja envolvimento e mobilização comunitária;</p> <p>- Profissionalizar adolescentes e adultos.</p>	<p>- Como fazer para atrair os pais da comunidade da Vila Santa Terezinha?</p> <p>- Como conscientizá-los das responsabilidades que deverão assumir com a criação das cooperativas?</p> <p>- Como fazer que eles entendam que a confiança, os objetivos comuns e a vontade de melhorar, deverão ser maiores que os interesses individuais?</p> <p>- Como envolver a UFJF neste projeto, e como eles nos poderiam nos ajudar?</p> <p>- Como e com o que , a Prefeitura poderá estar colaborando com o projeto?</p> <p>- De que forma a Polícia Militar participará do projeto?</p> <p>- Como ficará a institucionalização do projeto?</p> <p>- De que forma nos organizaremos?</p>	<p>- Apoio da Prefeitura, com funcionários e com uma sede (local) para o projeto;</p> <p>- Cursos profissionalizantes para os pais, presidentes de SPM de bairros e outros segmentos da sociedade;</p> <p>- Recursos da Prefeitura.</p>	<p>-Credibilidade: crianças/adolescentes já participam do Projeto Desafio;</p> <p>- Satisfação dos pais;</p> <p>- Oportunidades;</p> <p>- Participação do SENAI e SENAC</p>	<p>- Comunidade da Vila Santa Terezinha (adolescentes e Adultos)</p>	<p>- Prazo Indeterminado;</p> <p>- Prefeitura, AMAC, comunidade e Polícia Militar respectivamente.</p>

Com o plano de trabalho em mãos, a coordenação do projeto iniciou o planejamento das atividades de forma que se pudesse atingir os objetivos propostos. Em

16/12/2002 da DPO 3008/93 é revogada e entra em vigor a Diretriz de Serviços de Segurança Pública(DPSSP) nr 04/2002. A diretriz traz um novo paradigma – comunidade, polícia e demais órgãos do sistema de defesa social integrados na busca de soluções para os graves problemas da segurança pública no país(DPSSP nr 04, pg 2).

A diretriz trouxe o policiamento comunitário, com uma nova concepção, passando a ser visto como filosofia de policiamento, onde a polícia atua em parceria com a comunidade para melhorar a segurança pública e a qualidade de vida da população. A idéia é o trabalho participativo entre a polícia e a comunidade, não voltado apenas para as parcerias logísticas.

Tendo como base a comunidade, os trabalhos do Projeto Desafio, são agora, mais contundentes e precisos nesta forma de policiamento, ou seja, a diretriz passa a fundamentar melhor o desenvolvimento das ações policiais, principalmente no que diz respeito aos princípios do policiamento comunitário como o da Ética, legalidade, responsabilidade e confiança: o policiamento comunitário pressupõe um novo contrato com a polícia e a comunidade a qual atende, com base na confiança e no respeito mútuo. Ética, responsabilidade, legalidade e confiança devem ser rigorosamente estimulados e praticados mutuamente. Trojanowicz e Bucqueroux (2003, pág.12). No Projeto Desafio este princípio é estimulado mutuamente.

Ao final de cada ano, a partir de 2002, a coordenação do Projeto Desafio realizava a prestação de contas com um jantar dançante para os parceiros, onde eram apresentados vídeos com as atividades do ano desenvolvidas pelas crianças e adolescentes. Realizava-se também as festas de natal para os atendidos pelo Projeto Desafio, de forma que , eles pudessem ter um natal melhor. As festas de natal eram organizadas com diversas parcerias, pessoas físicas e jurídicas, que apadrinhavam cada criança e adolescente matriculada no projeto com a entrega de presentes de natal.

Durante todo o ano de 2002 as atividades foram desenvolvidas de forma descentralizada. As aulas de capoeira, dança, música e natação foram transferidas para outros locais e novos parceiros surgiram.

A instabilidade dos locais aonde eram exercidas as atividades, a necessidade da centralização dessas atividades, o acompanhamento dos atendidos pelo projeto e a demanda da lista de espera fez com que os membros do projeto buscassem o apoio do prefeito municipal a época, Tarcísio Delgado (2001-2004), que disponibilizou recursos humanos (uma funcionária), materiais (cestas básicas) e financeiros (aluguel do imóvel) para a sede do Projeto Desafio através da Associação Comunitária Municipal (AMAC) . A AMAC foi

constituída justamente com a finalidade de prestar serviços na área de Assistência Social dentro do município de Juiz de Fora no ano de 1985.

A instituição oferece diversos serviços, incluindo capacitações, elaborações de projetos, captação de recursos para municípios interessados que buscam essas ferramentas de gestão em todo território nacional.

Trata-se de uma associação civil de fins beneficentes e não lucrativos, com personalidade jurídica distinta e Estatuto próprio aprovado em Assembléia Geral. A **missão da AMAC** é *“Proteger e promover o cidadão pela execução da política de Assistência Social, articulando os setores público e privado com controle social.”* (www.amac.org.br/ - Em cache pesquisa realizada em 11/08/11 às 11:04h).

Com o aval da prefeitura o grupo se mobilizou quanto aos demais recursos para montar a sede do projeto. Comunidade, entidades públicas e privadas doaram móveis, utensílios domésticos, e mão-de obra para a sede do projeto. As despesas de água e luz foram divididas pela Paróquia de Santa Terezinha e SPMs, cada um custeando a metade das despesas. Coube a Polícia Militar a coordenação do projeto junto à comunidade, representada pelos presidentes dos bairros e pessoas da comunidade. Quanto à alimentação dos atendidos estas eram supridas pela doação de gêneros alimentícios e doação em dinheiro de pessoas da comunidade, controlado pela tesoureira e membro da Paróquia de Santa Terezinha.

A alimentação era feita por um policial reformado e senhoras da comunidade que se revezavam na feitura da alimentação para as crianças e adolescentes. Outro princípio empregado foi a resolução preventiva de problemas, a curto e longo prazo: o princípio está associado a um dos deveres e atividades gerais dos policiais comunitários: projetos de prevenção. Além das iniciativas que se concentram na resolução de problemas imediatos, o policial comunitário trabalha com a comunidade em iniciativas de curto e longo prazo que visam prevenir os problemas e melhorar a qualidade de vida (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX 2003, pág.188). Exige-se neste princípio uma atuação ampla do papel do policial comunitário, que deve desenvolver iniciativas criativas e abrangentes na melhoria da qualidade vida da comunidade. A visão estreita de apenas atender a chamados e executar prisões deve ser extirpada.

Com o planejamento direcionado, realizou-se no dia 18/03/2003 às 19:30 horas no salão da Paróquia de Santa Terezinha, uma reunião com os membros, onde foi comunicado o funcionamento do projeto. Tudo registrado em ata.

Assim, a primeira sede do projeto, foi inaugurada no dia 26/03/2003, localizada na Avenida Rui Barbosa, nr 1384 – Bairro Santa Terezinha, que teve a presença da comunidade local, autoridades e policiais militares.

No novo espaço, ampliou-se as atividades, como: aula de artes, curso de biscuit, aulas de crochê, aulas de relaxamento e alongamento, oficina de poesias, curso de noções de primeiros socorros, apresentação de vídeos educativos, gincana de tabuada, aulas de violão, cursos de fabricação de sabonetes e materiais de limpeza para as mães da comunidade (vinte e quatro mães participaram do curso), palestras diversas com psicóloga da Unidade, palestras diversas sobre valorização e auto-estima para as mães da comunidade com uma psicóloga voluntária, encontros mensais de voluntários do reforço escolar com dinâmicas de grupo, além de atividades externas, como apresentação do coral em solenidades da PM, visita à Transitolândia e curso básico para babás e auxiliares de creche para as mães da comunidade.

No espaço 88 (oitenta e oito) crianças e adolescentes eram atendidas, sendo 50(cinquenta) na parte da manhã e 38 (trinta e oito) na parte da tarde. O projeto, desde o ano de 2002, funcionou em dois turnos, manhã e tarde, de forma que as crianças/adolescentes tivessem uma carga horária complementar a da escola, com reforço escolar e atividades extraclases.

Parceiros como a AFAS (Associação Feminina de Assistência Social) 2 de Ouro e seções administrativas e operacionais do 2º BPM, além do apoio do comando da Unidade foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto. Atualmente, não há AFAS em Juiz de Fora, mas as parcerias permanecem, conforme será demonstrado adiante.

Todas as atividades eram ministradas por pessoas voluntárias, que assinavam uma declaração juntamente com a coordenadora do projeto e duas testemunhas. Nesta declaração o voluntário tinha conhecimento do teor da Lei do Serviço Voluntário, Lei 9608, de 18 de fevereiro de 1998.

Era adotado em relação aos alunos, que tomavam conhecimento das normas e requisitos para participarem do projeto. Uma das exigências feitas era disciplina, obediência, respeito, educação, camaradagem (companheirismo), pontualidade e empenho nos estudos.

Com este crescimento surge então, o organograma do Projeto Desafio, com a figura de um supervisor, coordenador, assessores operacionais (todos policiais militares) e os instrutores.

Com o envolvimento de outros policiais foi possível aplicar o princípio da mudança interna: o policiamento comunitário deve ser uma abordagem plena, que envolve

todos os policiais de um departamento, que devem atuar como generalistas que fazem a ponte entre a polícia e a comunidade atendida. Uma vez aceito o policiamento comunitário, todos os policiais devem praticá-lo. (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX 2003, pág.14).

Delineavam-se assim, com o devido planejamento, as raízes de uma associação, conforme se pode observar adiante.

Durante o desenvolvimento do projeto surgiu um aumento no leque de atividades desempenhadas, como dança, capoeira, coral, festa de natal e fornecimento de lanche no bairro Vila dos Sonhos. Este bairro se localiza na subárea da 31ª Cia., contudo pertence ao 2º Pelotão. Neste núcleo havia a parceria com as Aldeias SOS e Centro Social de Juiz de Fora. Atualmente não há atividades no bairro ligadas ao projeto, tendo os trabalhos findados no ano de 2006.

Ainda no ano de 2003 houve acontecimentos favoráveis como desempenhos satisfatórios em torneios internos de capoeira, disputados nas escolas da cidade, onde alunos do projeto se destacaram devido ao ótimo desempenho.

Parceria com a Escola Estadual Patrus José de Souza, localizada no bairro Santa Terezinha, propiciou o acompanhamento e encaminhamento dos alunos do projeto para o reforço escolar, além da doação de livros. Crianças e adolescentes com problemas de disciplina e relação interpessoal na escola também eram encaminhados para o projeto. Outro resultado motivador foi o encaminhamento de uma das adolescentes da comunidade Vila Santa Terezinha para o mercado de trabalho. A adolescente de 16 anos foi encaminhada pelo Projeto para a AMAC no período de 25/06/03 a 29/07/03 para realizar um curso de Office-girl, sendo admitida no dia 15/09/03 no Departamento Político Social da prefeitura de Juiz de Fora. A adolescente durante entrevista disse:

“Valeu a oportunidade de realizar o curso através do projeto, pois tive a oportunidade de conseguir um trabalho, aumentando assim as perspectivas de uma vida melhor. Gostaria de agradecer a toda à equipe do Projeto Desafio”.

Com estas ações o princípio da ajuda para as pessoas com necessidades específicas enfatiza a exploração de novos caminhos para proteger e valorizar a vida de pessoas mais vulneráveis, assimilou e ampliou o alcance dos esforços prévios, tais como a prevenção do crime e as relações polícia-comunidade. (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX 2003, pág.13).

No período das férias escolares (julho e dezembro) as atividades no projeto eram mantidas. Realizavam-se atividades internas e externas de forma que houvesse uma

continuidade dos trabalhos. Os membros da coordenação entendiam que o período de férias escolares era uma fase crítica devido à falta de atividades, razão pela qual se planejava uma programação especial.

Na festa de natal do ano de 2003 as crianças e adolescentes receberam a seguinte mensagem pela coordenação do projeto:

“É imprescindível, que vivamos num mundo sem guerras, sem drogas e sem violência; é necessário que cada um de nós construa um mundo melhor; é primordial que suas famílias estejam conosco nessa empreitada. Mas acima de tudo é preciso que vocês participem e construam conosco, adultos de hoje, um futuro melhor, com respeito amor e valores. É certo que vocês serão os adultos do amanhã, então, crianças e adolescentes aqui presentes, façam valer este futuro melhor através de suas atitudes norteadas em princípios espirituais que são o conjunto de valores que forma a base de nosso comportamento: o que achamos bom e mau, certo e errado, nosso código moral e de ética. Estes valores formam a estrutura da convivência entre as pessoas e são fundamentais para o desenvolvimento da civilização. Nós, adultos de hoje, através do Projeto Desafio, queremos mostrar-lhes que existem caminhos a serem percorridos, que não sejam o caminho das drogas e da violência. Somos aquilo que plantamos, então plantem conosco, adultos de hoje, este futuro melhor, pois com certeza vocês, adultos do amanhã colherão o fruto dessa jornada.”

Em 2004 as atividades do projeto iniciaram no dia 02/02/04 com uma reunião com os pais e matrícula das crianças e adolescentes, procedimento realizado pelo projeto desde o ano de 2002. No mês de março de 2004 o projeto recebeu um convite da diretoria do Rotary Clube de Juiz de Fora – Sul para apresentar o funcionamento do projeto. Foi ministrada uma palestra para os presentes, onde se falou sobre a filosofia do polícia comunitária e a forma de trabalho do projeto baseada na filosofia, dando ênfase as parcerias. Em um dos momentos da palestra no dia 31/03/04 foi dito pela coordenação do projeto: “É esta parceria que nos faz acreditar que somente com a união mudaremos o curso da comunidade da Vila Santa Terezinha e de tantas outras Vilas que necessitam dessa parceria.”

No dia 19/03/2004 a sede do Projeto se transfere para outro endereço(devido as instalações físicas da sede anterior e o período chuvoso, córrego passa atrás da instalação), local em que funciona até a presente data, Rua Primeiro de Maio, nr 57 – Bairro Santa Terezinha.

Na nova sede, o projeto estende o atendimento às crianças e adolescentes de outros bairros da subárea da 31ª Cia. como bairro Centenário e Nossa Senhora das Graças.

Aos 22/03/2004 às 13:30 horas ocorreu uma reunião na sede do Projeto Desafio, onde a coordenadora do projeto fez a leitura do estatuto do projeto, aprovado por unanimidade por todos os presentes.

Em setembro de 2004, o Projeto recebeu um email do 23º BPM solicitando informações do projeto para fins de implantação na Unidade, que se localiza na cidade de Divinópolis.

No mês de agosto a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) enviou um ofício à coordenação do projeto com a situação dos 37(trinta e sete) adolescentes encaminhados pelo projeto para realizar os diversos cursos na associação, como curso de jardinagem, artesanato, curso básico de escritório, curso de informática, dentre outros, sendo que onze adolescentes foram atendidos. Os demais não foram atendidos devido à idade limite e outros porque não compareceram as entrevistas.

Encerramos o ano de 2004 atendendo 97 crianças, sendo 55 na parte da manhã e 42 na parte da tarde.

O ano de 2005 iniciou com o Projeto Bombeirinho realizado pelo 4º BBM, onde trinta crianças/adolescentes da Vila Terezinha participaram do projeto.

Esse projeto tem como objetivo geral atender crianças e adolescentes de famílias carentes, oferecendo-lhes conhecimento sobre a cultura prevencionista. Bombeiros Militares buscaram orientar e instruir corretamente crianças e adolescentes sobre as maneiras de agir em situações de emergências. Temas sobre noções de defesa civil, proteção comunitária, conservação do meio ambiente, saúde, higiene, cidadania, civismo, prevenção contra incêndio e pânico, maneiras de evitar e minimizar riscos de acidentes e perdas de vidas e bens, além de introdução da cultura dos serviços voluntários são abordados durante o curso. O projeto também visa proporcionar uma maior integração entre corporação, escola, família e comunidade.

O projeto neste ano atendia 81(oitenta e uma) crianças, sendo 46 de manhã e 35 à tarde.

As atividades do reforço escolar e as atividades extraclases ocorridas nos anos anteriores permaneceram.

No ano de 2006, com a transferência da coordenadora do Projeto, quadriênio, 2001 a 2005, assume o Projeto a 1ª Tenente PM Williana Costa Vieira de Vasconcelos e após o Major do Quadro de Oficiais da reserva (QOR) da Polícia Militar (PM) Ronaldo Lauriano Ferreira.

No dia 30 de junho de 2006, tomou posse na diretoria da Associação como presidente a 1ª Ten PM Williana Costa Vieira de Vasconcelos, contudo devido às inúmeras funções exercidas pela oficial, assume a coordenação do Projeto o Major QOR PM Ronaldo Lauriano Ferreira no dia 19 de dezembro de 2006, após reunião de transmissão de cargo. O oficial, então, implantou atividades físicas para os assistidos duas vezes na semana na quadra esportiva do 2º BPM, futebol de salão e handebol para as meninas. Apesar das inovações o projeto passa por algumas dificuldades como perda de espaço e apoio financeiro por parte da igreja e associações comunitárias (SPMs). É importante ressaltar que as dificuldades sempre existiram desde o início do projeto, entretanto os objetivos do projeto por parte da coordenação e membros do projeto sobrepunham estas dificuldades. Dentre estas dificuldades, citamos a falta de voluntários para as séries do ensino fundamental e médio; falta de uma cozinheira para preparar os alimentos; falta de uma faxineira para realizar os serviços gerais; falta de apoio da comunidade com as necessidades do projeto; falta de material didático; ausência de recursos financeiros para suprir as necessidades do projeto com as despesas de material de limpeza e gêneros alimentícios; ausência e falta de participação/acompanhamento das mães dos alunos do projeto e falta de apoio dos órgãos municipais com gestores da assistência social.

O ano de 2006 encerra com oitenta e oito assistidos, sendo 48 na parte da manhã e 37 na parte da tarde.

O ano de 2007 inicia com 85 crianças/adolescentes atendidos. Há uma demanda maior nos atendimentos, contudo devido à falta de voluntários e as dificuldades ora apresentadas não é possível atender a todos. Permanecem como parceiros no projeto a AMAC, que através de convênio cede cestas básicas, uma funcionária para os serviços gerais e o pagamento do aluguel do imóvel e a Associação Profissional das Empresas de Transporte de Passageiros de Juiz de Fora (ASTRANSP) com o fornecimento de vales transportes para os voluntários e assistidos que exercem atividades extraclases, como futebol, natação e informática.

Ainda, neste ano, foi elaborado o Estatuto e o Regimento interno, o qual foi registrado em cartório de notas (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ 06224845/001-47); a realização de uma campanha de doação de livros para a formação da biblioteca, havendo doações de diversas escolas da cidade e a realização de eventos para angariar fundos para as atividades e funcionamento do projeto.

Em 2008, o projeto se torna uma associação civil, sem fins lucrativos de caráter beneficente, que depende de apoio da comunidade e do poder público. A ASTTRANSP deixa de ser parceira do projeto, com isso as atividades esportivas realizadas no Tupinambás e Cerâmica Futebol Clube são paralisadas. A falta de vales transportes dificulta também o acesso dos voluntários para as aulas de reforço. Além dessas dificuldades, a cozinheira cedida pela AMAC após licença médica não retorna as atividades e o projeto não recebe outra funcionária substituta.

Termina o triênio da diretoria executiva no ano de 2009 sem que haja a inscrição de uma chapa para substituição em votação. Esta situação dispensa a convocação de uma assembléia geral, permanecendo a diretoria em exercício, exceto a vice-presidente que se afastou por motivos particulares. Assume a vice-presidência um policial militar da ativa.

Desde o ano de 2001, o Projeto sempre teve em seus quadros a participação da Polícia Militar, seja na coordenação, seja na monitoria. O presidente atual é um major da reserva e a vice-presidência está com um policial da ativa.

Atualmente o projeto encontra-se com 50 inscritos e 38 matriculados. Os matriculados estão preparando uma cantonada de natal 2011 e participam do coral da missa realizada na igreja do bairro Quintas Avenida. Além disso, alguns alunos estagiários do Curso de matemática do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (Ifet) ajudam no ensino e no reforço escolar. Juiz de Fora tem o curso de graduação em engenharia mecatrônica, oferecido pelo campus local do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (Ifet), antigo CTU.

O curso, que engloba conhecimentos em mecânica, informática e elétrica, irá absorver 35 alunos nesta etapa inicial, os quais precisam ser aprovados pelo vestibular convencional.

Segundo o chefe do Departamento de Mecânica do Ifet Juiz de Fora, professor Francisco Clarete Pereira Vieira, “o novo curso representa um avanço muito grande para a cidade”, principalmente por ter sido configurado com um perfil diferenciado dos demais existentes no país. “O nosso objetivo foi reunir todas as áreas relacionadas à mecatrônica, para formar um profissional bem completo. Os nossos estudantes, além de mecânica, informática e elétrica, serão instruídos nos campos da robótica, eletrônica, gerenciamento e empreendedorismo.”

Entende-se que a construção do futuro é outro princípio presente no Projeto Desafio, onde a polícia comunitária é entendida como uma filosofia e uma estratégia que

fornece a capacidade de resolver as necessidades locais à medida que elas mudam através do tempo, não se tratando de uma tática a ser aplicada e depois abandonada. (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX 2003, pág.15).

5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, certamente a mais objetiva deste trabalho, os dados obtidos durante a pesquisa foram apresentados e analisados obedecendo-se à metodologia descrita anteriormente.

5.1 Observação direta intensiva

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com ex-participantes e atuais participantes do Projeto Desafio. Essas entrevistas tiveram a finalidade de corroborar a descrição da implementação do Projeto Desafio, sob à luz dos princípios do policiamento comunitário, com base nas diretrizes que tratam do assunto na Organização.

Trata-se de entrevistas gravadas sonoramente e transcritas no presente trabalho, onde os entrevistados, ex-participantes do projeto e atuais participantes falam sobre a situação que caracterizava a região onde se implantou o projeto, o que despertou a sua iniciativa, como e por quem o projeto foi elaborado(conjuntamente com a comunidade), papel da polícia e da comunidade, recepção do projeto por parte dos envolvidos(membros, parceiros, órgãos envolvidos, crianças e adolescentes assistidos), favorecimento das parcerias, principais obstáculos e aspectos positivos.

A implementação do Projeto Desafio iniciou-se em dezembro de 2001 por iniciativa de três policiais militares da 31ª Cia./2º BPM seguindo as orientações das Diretrizes que regulam a filosofia da polícia comunitária na PMMG, basicamente a primeira diretriz, DPO 3008/1993 e DPSSP nr 04/2002, ambas revogadas. Atualmente a DPSSP nr 3.01.06/2011 regula a aplicação da filosofia comunitária na PMMG.

A idéia surgiu devido a situação de vulnerabilidade social em que viviam as crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha. A proximidade com as drogas e a pobreza foi o fator preponderante para o início dos trabalhos.

A situação das crianças e adolescentes era de vulnerabilidade porque eles ficavam na rua, pedindo alimento, dinheiro nas casas, eles ficavam no Bretas(supermercado) , faziam furtos. Estavam totalmente abandonadas pelo poder público, pela sociedade.

Necessidade de olhar para os carentes. Tinham muitas crianças na Vila soltas, com espaço de risco, muita droga.

Esta situação de pobreza é que culminou com o projeto.

Todo mundo sabia da necessidade daquelas crianças em ter um apoio para ajudá-las a se desenvolver e não virarem marginais. A educação é tudo, com ela você pode chegar a lugares melhores.

Muitos problemas de pobreza na Vila Santa Terezinha, muito tráfico de drogas, muitas crianças abandonadas devido a situação financeira das crianças. Os pais não tinham condições financeiras de dar uma assistência melhor.

As crianças ficavam no Bretas pedindo dinheiro, tomando conta de carros.

Nesta época a vulnerabilidade era muito grande. As crianças viviam e vivem na vulnerabilidade. As crianças ficavam nas ruas. As crianças não tinham praticamente colégio, o colégio era misturado como o presídio quando era o antigo grupo. Hoje no lugar do presídio é uma escola. A Vila era chamada de Favela do Rato. A Vila era praticamente ligada com o Rio Paraibuna, quando chovia inundava tudo.

A Polícia tinha dificuldade de entrar lá, porque muitos eram drogados, já haviam sido presos. Tinham traficantes na Vila, mas hoje está tranqüilo, a vulnerabilidade existe, mas bem menor com o Projeto Desafio.

A estratégia de aproximação das pessoas adotada pelos policiais foi primeiramente uma visita à Transitolândia do 2º BPM, após a realização de uma festa de natal no ano de 2001. No ano seguinte foi realizada uma reunião no dia 18/01/2002 com pessoas da comunidade, policiais militares, presidente da associação do bairro Santa Terezinha, onde se apresentou a filosofia da polícia comunitária:

[...] é uma filosofia e uma estratégia organizacional que propicia uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a

comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área. (TROJANOWICZ;BUCQUEROUX, 2004, p.4).

O Projeto Desafio desenvolvido pela polícia, logo após esta reunião, fundiu-se com o projeto Acreditar. A formação do projeto se caracterizou pela união dos dois projetos, Projeto Acreditar, desenvolvido pelas irmãs da Congregação de Santa Catarina e Projeto Desafio da Polícia Militar, que tinham em comum o propósito de fornecer as crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha melhores condições de vida. Retirá-las da ociosidade e proporcionar a inclusão com atividades sócio-educativos era o propósito dos dois projetos. Na fusão prevaleceu o nome do projeto como Desafio, sob a coordenação da Polícia Militar e comunidade.

Tinham irmãs de caridade que davam aulas. As irmãs iniciaram o trabalho dois anos antes do projeto, com muita dificuldade porque não tinham local para dar as aulas. Depois veio o Projeto Desafio com um trabalho maior. Aconteceu uma reunião no PPC do bairro Bom Clima e lá se falou do projeto.

Eu já fazia um trabalho voluntário tentando ajudar a comunidade carente, e encontrei com a Ten Vera, que também já estava fazendo trabalhos com eles, trabalhos de educação esportiva e resolvemos reunir, este grupo com o Major Ronaldo e com as filhas também, que já fazia algum trabalho, onde formamos um grupo coeso, onde atingimos uma certa finalidade.

Bastante importante, porque juntamos dois projetos em um, o Projeto Acreditar com o Projeto Desafio. O Projeto Desafio se dedicava mais ao esporte e o Projeto Acreditar no reforço escolar. Aí nos juntamos, conseguimos a sede, porque nem lugar para dar aula a gente tinha. Era de favor o local para dar aula.

O Projeto Acreditar iniciou com as irmãs de caridade da Igreja Santa Terezinha e Santa Catarina com reforço escolar. As irmãs começaram o trabalho devido a dificuldade que as crianças apresentavam na escola. Eu e mais três pessoas dávamos aula para as crianças de reforço escolar. Depois juntou-se os dois projetos, Acreditar e Desafio, e foi crescendo. Surgiu com o Projeto Desafio a sede através da AMAC e Polícia Militar.

A preparação inicial foi detalhada e se constituiu através de visitas, festa da natal, reuniões, palestras, atividades esportivas e escolares. Nesta preparação, buscou-se a confiança e a compreensão da comunidade quanto aos objetivos da Polícia Militar no projeto, agora coordenado pela Corporação. A confiança e a credibilidade foram decisivos para o desenvolvimento do projeto.

Skolnick e Bayley (2002, pág.49) relataram experiências internacionais a respeito deste bom relacionamento entre polícia e o público:

[...] não apenas o relacionamento entre a polícia e o público passou a ser visto como objetivo em si valioso, mas também passaram a ser considerado como tendo um valor utilitário na atividade prestativa. Cada vez mais se reconhece que a cooperação eficaz na prevenção do crime requer um bom relacionamento e, próximo, entre o público e as autoridades.

O próximo passo foi a apresentação do Projeto Desafio para toda a sociedade juiz-forana no auditório Cândido Tostes, no dia 23/04/2002, com a presença de autoridades civis, militares, comunidade do bairro Santa Terezinha e Vila Santa Terezinha, oportunidade em que se mencionou a filosofia da polícia comunitária.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (2003, pág.09), os dez princípios do policiamento comunitário devem estar presentes em todas as políticas, procedimentos e práticas associadas ao policiamento comunitário. Ainda segundo os autores muitos grupos usam estes princípios como um guia, ao redigir planos, referindo-se a princípios específicos como uma justificativa ou explicação para certas decisões ou ações.

Com a sede definitiva em 26/03/2003, o projeto ganhou um formato, onde membros da comunidade compunham a direção do projeto, sob a coordenação da Polícia Militar.

As irmãs iniciaram o trabalho dois anos antes do projeto, com muita dificuldade porque não tinham local para dar as aulas, era um trabalho menor. Depois veio o Projeto Desafio com um trabalho maior.

Eu e mais três pessoas dávamos aula para as crianças de reforço escolar na Beneficência. Antes não tínhamos lugar certo para aplicar o reforço escolar.

A recepção do projeto pela comunidade foi de grande importância segundo os membros do projeto. Através da própria comunidade foi possível oferecer o mínimo necessário às crianças e aos adolescentes.

A Polícia Militar abriu o leque para o projeto. A comunidade está sempre presente, pois percebe as necessidades das crianças.

O papel da comunidade foi bastante importante, porque com pequenas ações eles permitiram que nós déssemos o mínimo necessário a estas crianças.

A comunidade de Santa Terezinha, algumas pessoas, ajudam até hoje através de doações. A comunidade carente teve toda assistência. As crianças e adolescentes tiveram vários cursos, desde aulas de reforço escolar, futebol, natação, cursos de bijuteria, biscuit, culinária, costura, produtos de limpeza. A comunidade deu um certo apoio.

O projeto foi bem recebido.

Com carinho. Todos tinham vontade, mas ninguém tomava a iniciativa. Quando pedíamos doações para o projeto as pessoas se simpatizavam com a causa e ajudavam. E graças a Deus já vem há dez anos este projeto.

Foi ótimo. Todo mundo sabia da necessidade daquelas crianças em ter um apoio para ajudá-las a se desenvolver e não virarem marginais. A comunidade gostou muito.

É ótima. A todo momento alguém da comunidade nos procura para pedir apoio, vagas e cestas básicas.

A comunidade ajudou muito na montagem da biblioteca com doações de livros.

A comunidade aceita bem o Projeto Desafio. Ela vê o trabalho que é feito, muitas pessoas ajudam com donativos. Algumas não ajudam, falam que é que responsabilidade do poder público, mas vão vendo o resultado do trabalho e devagar elas vão ajudar.

A recepção do projeto por parte dos assistidos os influenciou na educação e no comportamento.

O projeto foi muito bom na minha vida, para o meu desenvolvimento. A Polícia Militar ajudou bastante a comunidade através do projeto.

O projeto foi muito bom. Desempenhamos muito bem na escola. A Polícia Militar tirou nós da rua e fez muito bem para a gente. Tivemos bons momentos lá. Nossa infância foi

toda lá. O tempo que fiquei lá foi muito bom para mim. A Polícia tem feito um bom trabalho para a gente, que isso possa continuar. A polícia deu instrução, palestras do que não pode e do que pode. Podia estar na vida ruim agora, e o projeto deu um bom desempenho para a gente.

Ingressei no projeto com sete anos. O projeto ajudou muito, o que é certo, o que é errado. O projeto abriu muitas portas de emprego, ensinos, estudo. Tudo de bom, educação, lazer, tudo foi bom, excelente.

Aqui a gente aprende. Aprende mais que na escola. Aprende a respeitar os colegas, os professores. Espero aprender mais, continuar no projeto, aprender mais coisas. Estudar e ir para a faculdade. Ser mais alguma coisa na vida.

Estou no projeto desde os 07 anos de idade. Agora estou com 17 anos. Através do projeto passei a querer estudar mais.

Antigamente a Polícia Militar só servia para prender, pegar ladrão, estas coisas assim. Agora não, para mim mudou. Eles agora ajudam as crianças, os adolescentes e os jovens.

Os meninos que passaram pelo projeto hoje trabalham. Alguns dão graças à Deus porque o projeto ajudou elas a arrumar emprego. Quero ser como os meninos mais velhos que trabalham. O projeto encaminhou eles. Meus pais dizem que é melhor eu estar no projeto do que ficar na rua à toa.

O papel da Polícia Militar à frente do projeto foi relatado pelos entrevistados como decisiva para a estrutura do Projeto Desafio.

O trabalho da Polícia Militar foi decisivo, porque entraram com recursos humanos e esportivos, porque tiveram acesso a piscina, a quadra de futebol. Foi importantíssimo.

O papel da polícia foi muito importante. A coordenadora do projeto à época tomou a frente e as SPMs abraçaram a causa com a coordenadora do projeto. Destaco a Polícia Militar, representada pela coordenadora do projeto à época, que tomou a frente de tudo, até ver o projeto concretizado e funcionando, até hoje.

O papel da polícia é primordial. A polícia luta 24 horas pela cidadania. Luta para tirar as pessoas das ruas. A polícia trabalha contra as drogas, vai nas comunidades. A polícia é o esteio do Projeto Desafio, através do comandante já tem a parceria com a prefeitura. A Polícia Militar atua em todos os sentidos, na manutenção da ordem, ajuda as pessoas. O Projeto Desafio sobrevive através da Polícia Militar.

A Polícia Militar é um baluarte no projeto.

A Polícia Militar é que dá credibilidade ao projeto. A participação da polícia é muito importante.

É importante. Abre espaços para as crianças fazerem visitas, mantém um policial militar. Todo amparo logístico é fornecido para a gente, nos apoiando em eventos, no policiamento em eventos. A polícia trabalha com a prevenção. Estamos ajudando a polícia neste trabalho para que estes jovens escolham o caminho correto.

Quanto as parcerias os entrevistados disseram que é fundamental para o funcionamento do projeto. Um dos entrevistados mencionou a divulgação pela imprensa sobre o projeto como fator preponderante. A seriedade e o objetivo em comum no projeto também foram citados com frequência.

A parceria foi fundamental, sem essa parceria nós não teríamos conseguido chegar aonde chegamos, pois isto envolve muita mão-de-obra e custos, como uniformes, passagens. Foi fundamental a parceria que fizemos com a comunidade.

Através da imprensa que requisitamos e o trabalho sério que foi feito. As pessoas desconfiam hoje em dia de qualquer entidade e desde o momento que participaram, que entraram e viram o trabalho sério que estava sendo feito, que não havia vaidade entre os membros, e que o objetivo era o bem-estar das crianças e dos adolescentes, mudar a vida das crianças e mudar a vida da comunidade, foi o ponto chave das parcerias, que continuam até hoje.

Várias parcerias foram chegando e as coisas foram melhorando.

As parcerias foram feitas através da Ten Vera e buscamos manter esta parceria até hoje. Ela deixou tudo estruturado, arrumado, no período que esteve à frente do projeto, só não estava legalizado no Conselho da Criança e do Adolescente. As parcerias, desde a

criação do projeto, estão mantidas, exceto a AMAC que se extinguiu e hoje é uma Organização não governamental (ONG). O projeto já está legalizado, estruturado. Temos documentação, só falta a documentação do Ministério da Fazenda, para fins de desconto do Imposto de Renda. Com isso podemos fazer convênio com as empresas e suprir as necessidades financeiras.

Simpatia pela nossa luta.

A participação da prefeitura foi importante também. Foi um trabalho conjunto.

Confiança de quem estava no comando. Era a Polícia Militar que passava confiança para os demais, passava para mim e eu passava para os demais. Nós passamos essa confiança para o prefeito à época. Ele tinha confiança que ia funcionar.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (2003, pág.012), a ética, legalidade, responsabilidade e confiança é um dos princípios da filosofia do policiamento comunitário: o policiamento comunitário pressupõe um novo contato com a polícia e a comunidade a qual atende, com base na confiança e no respeito mútuo. Ética, responsabilidade, legalidade e confiança devem ser rigorosamente estimulados e praticados mutuamente.

O recurso financeiro é citado como a principal dificuldade pelos entrevistados. O voluntário também é citado como uma dificuldade para o projeto.

Os obstáculos foram muitos, mas o maior foi o financeiro. Mas se deu um jeito.

O principal problema foi o voluntariado, alimentação no início foi bastante difícil. Não tínhamos o básico da alimentação. Com a ajuda da prefeitura este problema foi amenizado . Basicamente o voluntariado foi o mais difícil.

O aspecto negativo é a falta de recurso financeiro. A parte financeira é o que mais dificulta. As crianças precisam se alimentar, precisam de material didático, temos que pagar luz, água. O objetivo é conseguir mais parceiros devido as dificuldades financeiras.

A carência da AMAC, que se tornou uma ONG, a necessidade de se ter um campo de futebol para as crianças, devido a falta de vales transportes para deslocamento. A natação também é um aspecto negativo devido a questão do deslocamento, contudo estamos levando as crianças de carro para o Projeto Golfinho do 4º BBM. Não temos vale transporte nem

para os voluntários virem dar aula, os que estão conosco vem de coração. Alguns voluntários recebem uma gratificação, que provém das doações em dinheiro que recebemos da comunidade. Fazemos baile, canjiquinha, almoço para arrecadar fundos para o projeto e suprir as necessidades. Perdemos o convênio da AMAC, contudo conseguimos convênio com o Ministério da Agricultura que fornece arroz, feijão, macarrão. Os outros alimentos conseguimos através do apoio da comunidade, que sempre participa; e através da renda dos eventos que realizamos. A dificuldade maior é a financeira e professores para alfabetizar.

Chegou em 2003 no projeto. Sempre muita luta. Voluntários são difíceis. A luta é diária. A comunidade não participa como voluntária no projeto. Deveriam participar mais. Tiveram a fase de cobrar muito. Não há muitos voluntários da própria comunidade. Vem pessoas de outra comunidade para participar do projeto. A estrutura melhorou, o espaço melhorou, mas faltam voluntários. O projeto é muito importante para as crianças.

Quanto aos aspectos positivos sobre o Projeto Desafio os entrevistados consideram que percebe-se claramente a mudança de comportamento devido as ações realizadas.

Estamos caminhando a passos largos.

O projeto foi bem recebido e temos informações do comércio de que os meninos não ficam soltos na rua, envolvidos em pequenos furtos, envolvimento com drogas e não se vê falando das crianças e adolescentes envolvidos com drogas.

As crianças eram indisciplinadas, não faziam fila nem para as alimentações, não obedeciam ordem de ninguém. Aos poucos fomos conseguindo educá-los, mostrar que tinha alimentação para todos, passaram a fazer filas, devagar. Houve um progresso bastante significativo.

Já os aspectos positivos são as crianças. Vai lá na favela, está tudo asfaltado. A maioria das crianças não estão na criminalidade.

O resultado está aí, diminuiu muito a criminalidade aqui na região. A 31ª Cia. responsável pela segurança da região nordeste tem um trabalho menor do que naquela época. Imagine a situação daquelas crianças que não tiveram o apoio do Projeto Desafio, o que seria, muitos deles estariam aí nas ruas. Alguns já estão prestando serviços, até na prefeitura mesmo, na AMAC e em outros lugares.

A vulnerabilidade hoje reduziu muito , com a criação do projeto. Antes não tinha nada. Agora já tem rede de esgoto, luz e água. Até para entrar lá era difícil.

As crianças chegavam com fome no projeto Pensavam mais em comer do que estudar. O reforço escolar era ministrado pelos voluntários. As professoras mandavam recados pelos cadernos com as dificuldades dos alunos e estas dificuldades eram trabalhadas no reforço. As diretoras comentam até hoje que se não fosse o Projeto Desafio, as crianças não conseguiriam aprovação escolar. Com o fornecimento da alimentação conseguimos sanar este problema. Se não fosse o Projeto Desafio as crianças não conseguiriam. Hoje não se vê as crianças pedindo esmolas no Bretas. As crianças do projeto sabem que não podem agir desta forma . Fornecemos alimento, ajuda, eles tem que estudar, é um dos requisitos do projeto. O projeto surgiu para dar sustentáculo a estas famílias e evitar este tipo de comportamento.

Os aspectos positivos são as crianças e as famílias. Percebo a alegria estampada nos rostos das mães com as crianças no projeto. As mães sentem-se seguras com seus filhos no projeto. A Vila da Paz hoje é mais feliz. A Polícia Militar está envolvida no projeto porque sabe da importância de sua participação no projeto.

Os Comandantes apoiam o Projeto Desafio e o considera uma realidade da região nordeste e dizem que devemos aceitar todas as crianças que para lá sejam encaminhadas, não importando a região da cidade.

Pessoas da cidade de Santos Dumont, Barbacena já vieram no projeto para tentar o mesmo trabalho na cidade de Santos Dumont e Barbacena.

O aspecto positivo, com certeza é o crescimento intelectual das crianças, a educação, o aprendizado que é muito grande e um futuro melhor para estes jovens que são assistidos pelo Projeto Desafio .

Comentam que os meninos estão com boas notas, estão com o rendimento escolar positivo.

Como é bom ver que eles evoluem. Os alunos aprendem o conteúdo escolar e aprendem também convivência, tolerância.

Uma das mães dos assistidos pelo projeto, que teve seus sete filhos matriculados mostrou-se realizada com a participação das crianças no projeto:

A profissão que os meninos tem hoje se deve ao projeto. Uma de minhas filhas passou pela Menina Artesã (curso da AMAC). Lá eles tiveram educação e aprenderam muitas coisas lá. O projeto foi um presente para os meus filhos, de amor, de educação, ensinamento. Só tenho que agradecer ao Projeto Desafio. O projeto não dá oportunidade de ficar fazendo moda. A Polícia Militar tem ajudado muito os meus filhos. Minhas filhas estão todas trabalhando. Minha filha foi reconhecida por policiais no trabalho, que comentaram que a conheciam do projeto. O pessoal do projeto me ajudou muito a cuidar dos meus filhos.

Eu achei muito bom para eles o projeto. Meus netos não tiveram idéia de serem pessoas ruins. Tudo foi bom. A polícia deu assistência. Temos que agradecer.

5.2 Análise e interpretação dos resultados

Ao descrever o Projeto Desafio, analisa-se que sua implementação destinou-se a um público alvo correlacionado com as crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Neste aspecto, as pessoas envolvidas, Polícia Militar e comunidade do Bairro Santa Terezinha, compartilharam interesses comuns e focaram suas atenções para este espaço geográfico vulnerável. As crianças e adolescentes geraram uma intervenção pública com iniciativas desta natureza, e senão dizer, desta dimensão.

O Projeto Desafio direcionou suas ações ao bem estar social deste público, levando-se em consideração a condição de pessoas em desenvolvimento e o risco social em que se encontravam. A localização do espaço físico e o conhecimento das adversidades locais, requereu a iniciativa dos envolvidos no projeto para evitar a delinquência juvenil. A comunidade que já fazia um trabalho direcionado para o reforço escolar devido a carência e vulnerabilidade social se une a Polícia Militar, que desenvolvia ações preventivas, de cunho ocupacional para evitar a delinquência. No ano de 2002, torna-se um projeto único, com intervenções múltiplas para solucionar o problema da vulnerabilidade social.

A Polícia Militar ao direcionar esforços de natureza preventiva para a realização de trabalhos sociais para crianças e adolescentes da comunidade da Vila Santa Terezinha aplicou a filosofia da polícia comunitária, o que o tornou exequível. Suas ações e decisões sustentaram-se nos princípios do policiamento comunitário para a resolução dos problemas.

A visão compartilhada da segurança pública, claramente perceptível pela comunidade do bairro Santa Terezinha e objetivamente entendida pela Polícia Militar possibilitou a participação ativa de políticas locais preventivas, parceria essencial e ideal para o que se preconizava na DPSSP nr 04/2002: estabelecer parâmetros para a institucionalização da filosofia de polícia comunitária pela PMMG.

O trabalho desenvolvido pelo Projeto Desafio desde a sua concepção, já idealizava ações orientadas para a solução de problemas e melhoria da qualidade de vida do público alvo. A visão dos idealizadores do projeto já era mais ampla do que se estabelecia a diretriz anterior, DPO nr 3008/93. O abandono do enfoque central nas parcerias logísticas foi entendida pelos policiais, que voltaram suas ações para o relacionamento com a comunidade. Este relacionamento exigia um contato mais estreito, com respeito e confiança, incentivando as pessoas a reconhecerem sua participação social na comunidade, o que ampliava o papel da polícia e conseqüentemente os tornavam os policiais da área. Os policiais da área encontram iniciativas abrangentes, que envolve toda a comunidade para a solução dos problemas locais.

O projeto se caracteriza também por ações de inclusão, uma vez que, o público alvo se encontrava em situação de exclusão. A conquista das parcerias foi direcionada para este aspecto, que retratava a exclusão e o bem estar social das crianças e adolescentes. Este fator aliado a vulnerabilidade apresentou-se como um dos instrumentos para o apoio da comunidade parceira. As parcerias, presentes no Projeto Desafio, foi o sustentáculo do desenvolvimento do projeto. Buscou-se as parcerias primeiramente dentro da própria comunidade, explorando as potencialidades individuais e coletivas. Como não foi possível retirar as parcerias somente da comunidade, estendeu-se as parcerias para outras comunidades, as quais foram centralizadas na figura da coordenação do projeto, que viabilizaram o acesso do público alvo às atividades propostas, o que possibilitou a constatação da real finalidade do projeto. Um dos princípios do policiamento comunitário, a confiança, foi estimulada e conseqüentemente a credibilidade do projeto cresceu. Verificou-se que a intenção da Polícia Militar através do Projeto Desafio era aproximar-se desta comunidade, através de um trabalho eminentemente social e preventivo que atuava nos aspectos que

preocupavam a segurança do bairro e a qualidade de vida do público alvo devido a vulnerabilidade social.

As parcerias do projeto não foram somente de suporte financeiro, mas também de suporte humano, com a presença de pessoas voluntárias no projeto, que desenvolviam atividades diversas. No Projeto Desafio os recursos financeiros não sobrepuseram os recursos humanos quando da concepção e implementação. Deu-se ênfase na mão-de-obra da comunidade, através dos voluntários, como a principal contribuição para a implementação do projeto. A mobilização social foi mais preponderante que os recursos financeiros. A finalidade de melhorar a qualidade de vida do público alvo através do processo de inclusão social superou as barreiras do espaço físico, que só foi concretizado no ano de 2003.

A mobilização da comunidade caracterizou em muito a filosofia do policiamento comunitário no bairro Santa Terezinha. Convocou-se as vontades para a atuação de um propósito comum, relevante a todos da comunidade. Os envolvidos se conscientizaram do ganho coletivo com o projeto, que buscava a solução dos problemas daquele espaço localizado e excluído dentro do bairro Santa Terezinha, onde não havia infra-estrutura básica e condições de perspectivas de uma vida melhor. A premissa central do policiamento comunitário foi cumprida, onde exerceu-se um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. A participação comunitária estimulou as pessoas a confiarem na Polícia Militar através do projeto, que desencadeou mudanças na Vila Santa Terezinha.

Este ambiente de mudança destaca a importante participação da Polícia Militar como ferramenta de intervenção e transformação social. A filosofia da polícia comunitária prega a resolução preventiva de problemas junto à comunidade, da qual se exige o comprometimento; que por sua vez exige da polícia a interação com a comunidade, o comprometimento nas questões do planejamento e na implementação das políticas de segurança com respeito as idéias da comunidade. Estas ações se destacam no Projeto Desafio, que não fugiu às orientações do modelo orientado comunitariamente. O projeto ofertou atividades que contribuíram para a minimização de um problema que afetava a comunidade. As crianças e adolescentes ficavam expostas nas ruas do bairro pedindo dinheiro, alimentação e cometendo pequenos furtos.

A identidade do projeto também é outro fator preponderante. Ele foi concebido dentro do bairro em conjunto com a comunidade e com a Polícia Militar. A sede se encontra no bairro até os dias atuais e se constitui numa referência para a comunidade. O projeto além de fornecer as atividades funciona como uma socialização das experiências individuais e

coletivas dos envolvidos com o público alvo. Este fator possibilita a proximidade com o problema diagnosticado, dando oportunidade de intervir e agir dentro deste contexto.

Outra lógica do projeto é o horário de funcionamento que busca ocupar as crianças e adolescentes em tempo integral com as atividades realizadas. Quem estuda de manhã, realiza as atividades à tarde, e vice-versa. Esta sistemática mostra a estratégia da filosofia do policiamento comunitário, que permite à polícia e às pessoas trabalharem juntas em novas maneiras para resolver os problemas de criminalidade. A vulnerabilidade à criminalidade das crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha foi muito discutida pelos envolvidos, mesmo que de forma indireta e antes de sua concepção, pois já haviam trabalhos sendo realizados. Com o Projeto Desafio estas manobras de prevenção se fortaleceram.

Dando continuidade a este princípio os membros do projeto não desassociaram do problema as famílias do público alvo, que são indiscutivelmente a extensão dos resultados do trabalho desenvolvido. Fato este verificado na 2ª fase do projeto quando são realizados cursos de auto-sustentação para as mães dos assistidos. Quando se menciona que o projeto também é um suporte para as famílias, percebe-se, que os membros entendiam que eram exigidas outras frentes de trabalho para minimizar o problema das crianças e adolescentes.

Mais uma vez, o projeto se direciona para a proximidade com seu público alvo, uma constância na filosofia do policiamento comunitário. A proposta de ação dimensiona que se requer do policial uma nova concepção de se fazer polícia. O policial passa a ter um papel fundamental, pois exige-se dele um contato contínuo e sustentado com as pessoas da comunidade, de modo que possam, em conjunto explorar novas soluções criativas para as preocupações locais, focado em princípios e conceitos na solução dos problemas da comunidade.

O Projeto Desafio adotou os princípios do policiamento comunitário através das diretrizes estabelecidas pela Corporação principalmente quanto ao princípio da filosofia e estratégia organizacional, resolução preventiva de problemas, ética, legalidade, responsabilidade e confiança, criatividade e apoio básicos e construção do futuro.

Quanto ao princípio da filosofia e estratégia organizacional observa-se que à maneira de pensar dos policiais envolvidos e a forma de desenvolver estes pensamentos permitiram que a polícia e as pessoas trabalhassem juntas na resolução dos problemas da criminalidade da Vila Santa Terezinha. Houve uma abertura na participação comunitária, típica da polícia comunitária, contrária ao modelo tradicional de polícia, tão voltado para a resolução do crime. Outro aspecto a ser considerado no projeto é a continuidade dos

trabalhos, que perduram até hoje. A Polícia Militar passa a ter um papel fundamental na comunidade da Vila Santa Terezinha. O contato contínuo e a preocupação com a comunidade envolvida conota a estratégia da filosofia na solução dos problemas da comunidade. O policiamento comunitário se volta para às características locais e estabelece a parceria, que é compartilhada, entre polícia e sociedade.

No princípio, resolução preventiva de problemas, verifica-se no projeto a prevenção como instrumento imediato na concentração da resolução dos problemas. O policial trabalha com a comunidade em iniciativas de curto e longo prazo, cujo objetivo é a prevenção e a melhoria da qualidade de vida. No projeto os policiais desenvolvem uma atuação ampla do papel do policial comunitário, através de iniciativas criativas e abrangentes em curto prazo primeiramente, depois já amenizado o problema inicial, acontecem as ações planejadas em longo prazo. O projeto trabalhou inicialmente com a ocupação das crianças e adolescentes através de práticas esportivas, reforço escolar e alimentação. Amenizados estes problemas os envolvidos passaram a desdobrar novas formas de trabalho para fazer frente ao problema.

Ética, legalidade, responsabilidade e confiança é outro princípio muito presente no projeto. A confiança e o respeito foram praticados a todo momento. A relação de confiança com a Corporação e a clareza dos objetivos do projeto fortaleceram a participação da comunidade no desenvolvimento do projeto. Por meio desta confiança, a mobilização social foi relevante, pois permitiu a colisão de vontades, o que possibilitou a construção de mecanismos para a solução dos problemas da Vila Santa Terezinha. Consolidou-se a relação entre a Polícia Militar e a comunidade pelo que estava sendo feito, de forma ética, legal e responsável.

A criatividade e apoio básicos exigiu do policial abordagens criativas, de acordo com as demandas da comunidade. No início do projeto os recados enviados para os pais eram digitados, entretanto verificou-se que muitos pais eram analfabetos, e que muitos pais tinham dificuldades em entender o conteúdo da mensagem. Por um momento alterou-se esta forma de contato, passando o policial militar e os membros da diretoria a se dirigirem até a Vila Santa Terezinha e divulgar as mensagens, de forma que se multiplicassem as informações e aumentasse a relação de confiança e apoio oferecidos pelo projeto para a comunidade. A proximidade cresceu e a comunidade entendeu que o projeto surgiu para apoiá-los basicamente.

O Projeto Desafio, presente no Bairro Santa Terezinha, atualmente atende as crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha e bairros adjacentes. O projeto que completa 10 anos em dezembro não é uma tática aplicada, e que depois foi abandonada. A construção do futuro, outro princípio da polícia comunitária, permite que a Polícia Militar e a comunidade tenham a capacidade de resolver as necessidades locais à medida que elas mudam através do tempo.

A Polícia Militar se faz presente no projeto, junto com a comunidade, dando prosseguimento aos trabalhos, porque sabe que as relações com a comunidade devem ser estimuladas e estendidas para a solução dos problemas de segurança.

6 CONCLUSÃO

No decorrer dos trabalhos verificou-se a importância do papel da Polícia Militar na implantação de projetos sociais. A relação de confiança que a Polícia Militar exerce sobre a comunidade é um instrumento importantíssimo nas questões de segurança pública, devido às discussões sobre o assunto, podendo advir destas discussões políticas de segurança pública.

As iniciativas produzem efeitos consideráveis tanto para a comunidade como para a Corporação. O Projeto Desafio amenizou o problema do bairro Santa Terezinha, quando interviu preventivamente na Vila, buscando resolver o problema da vulnerabilidade criminal.

Tornou-se evidente a participação comunitária, extremamente viável para a sedimentação da filosofia da polícia comunitária. A implementação de projetos sociais é terra fértil para a consolidação da polícia comunitária porque permite o provimento da segurança pública. Funciona como instrumento de divulgação do real papel da Corporação na solução dos problemas de segurança.

A responsabilidade com a segurança pública é de responsabilidade de todos, e deve ser compartilhada. O projeto destaca esta responsabilidade compartilhada quando comunidade e Polícia Militar se unem e se mobilizam com o propósito de amenizar o problema da vulnerabilidade social das crianças e adolescentes da Vila Santa Terezinha.

As parcerias sustentam e reafirmam este propósito pela simpatia e confiança ao projeto. Em muitos casos a comunidade vê o problema e quer resolvê-lo, contudo não acha caminhos de como fazê-lo. A intervenção da Polícia Militar se torna destacada pelo fato de reconhecer e entender através da filosofia da polícia comunitária que as estratégias de ação conjunta é o caminho do modelo de uma nova polícia, aberta ao diálogo com a sociedade democrática.

Este modelo de polícia não é pronto, capaz de resolver todos os problemas de segurança pública, mas é uma alternativa para se compreender a dimensão do papel da PMMG na sociedade. Através dos projetos sociais é possível mudar a realidade das vidas das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O policial militar é a essência, o meio, que junto com a comunidade ordeira desempenha a função de soldado da paz.

O Projeto Desafio é o espelho do que representa para as pessoas da comunidade da Vila Santa Terezinha a imagem do policial militar, sendo sempre citado como sinônimo de respeito e admiração, traduzindo o resultado eficaz de esforços e ações solidárias entre Polícia

Militar e comunidade. Para finalizar o que foi dito é vital que se transcreva um trecho de uma das entrevistas realizadas, para se fundamentar com a palavra dos participantes os objetivos e a essência do projeto.

“ A profissão que os meninos tem hoje se deve ao projeto. Uma de minhas filhas passou pela Menina Artesã(curso da AMAC). Lá eles tiveram educação e aprenderam muitas coisas lá. O projeto foi um presente para os meus filhos, de amor, de educação, ensinamento. Só tenho que agradecer ao Projeto Desafio. O projeto não dá oportunidade de ficar fazendo moda. A Polícia Militar tem ajudado muito os meus filhos. Minas filhas estão todas trabalhando. Minha filha foi reconhecida por policiais no trabalho, que comentaram que a conhecia do projeto. O pessoal do projeto me ajudou muito a cuidar dos meus filhos.”

(Moradora da Vila Santa Terezinha, setembro de 2011)

REFERÊNCIAS

- BAYLEY, David H; SKOLNICK, Jerome D. **Nova polícia: Inovações nas Polícias de seis cidades Norte Americanas.** Série Polícia e Sociedade, nº 4. São Paulo, 2001.
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma análise internacional comparativa.** Série Polícia e Sociedade, nº 1. São Paulo, 2001.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2002.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário.** 2.ed. Rio de Janeiro: Frei Bastos, 2001.
- CHINCHILLA M, Laura. **Polícia de Orientacion Comunitária – Una Adecuada Alianza entre Policia Y Comunidad para Revertir la Inseguridad.** Chile, 1999.
- DIAS NETO, Teodomiro. **Polícia Comunitária e o controle sobre a Polícia.** Tese de Mestrado realizada na Universidade de Winsconsin - USA.
- MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni. **Polícia Comunitária: Evoluindo Para a Polícia do Século XXI.** Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- MINAS GERAIS. **Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Diretriz de Planejamento de Operações nº 3008.** Belo Horizonte, 1993.
- MINAS GERAIS. **Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01,** Emprego da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.
- MINAS GERAIS. **Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 04,** A filosofia de polícia comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.
- MINAS GERAIS. **Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública N° 3.01.06/2011 - CG ,** Regula a aplicação da filosofia de polícia comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais , março, Belo Horizonte, 2011.
- MINAS GERAIS. **Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Plano Estratégico 2004-2007.** Belo Horizonte, 2003.
- MINAS GERAIS. **Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Plano Estratégico 2009-2011.** Belo Horizonte, 2003.
- NETO, Theodomiro Dias. **Policiamento Comunitário e o controle sobre a Polícia:** Editora Lumen Juris, 2003.
- OLIVEIRA, Windson Jeferson Mendes. **Polícia Comunitária: Estratégia de participação da**

Polícia Militar de Minas Gerais na implementação de projetos em Belo Horizonte. Dissertação apresentada ao programa de mestrado da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Administração Pública. Belo Horizonte, 2001.

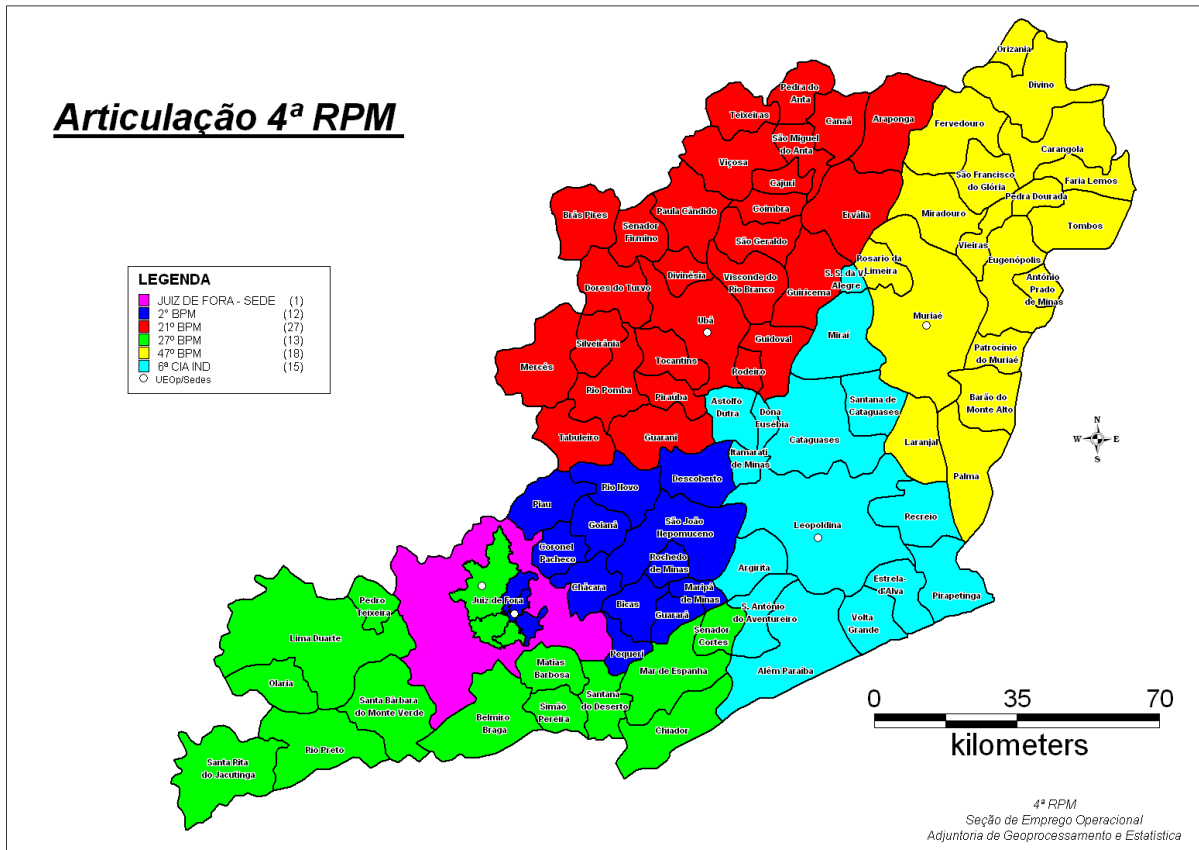
SKOLNICK, Jerone M; BAYLEY, David M. **Policiamento Comunitário**: questões práticas através do mundo. Polícia e Sociedade. São Paulo: USP, 2002.

SOUZA, Renato Vieira. **Do exército estadual à polícia de resultados**: crise e mudanças de paradigmas na produção doutrinária da Polícia Militar de Minas Gerais. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública - 2003.

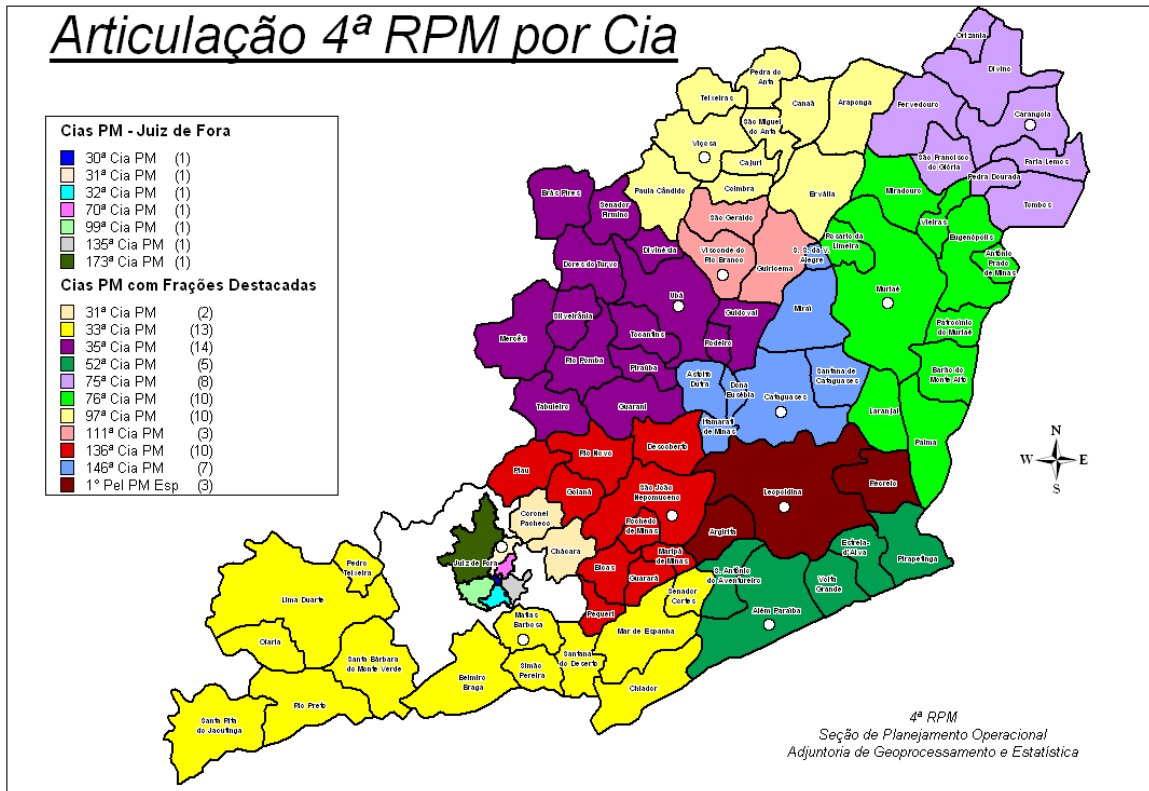
TORO, José Bernardo. **Mobilização Social**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. v.2 1997.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário - Como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ANEXO A

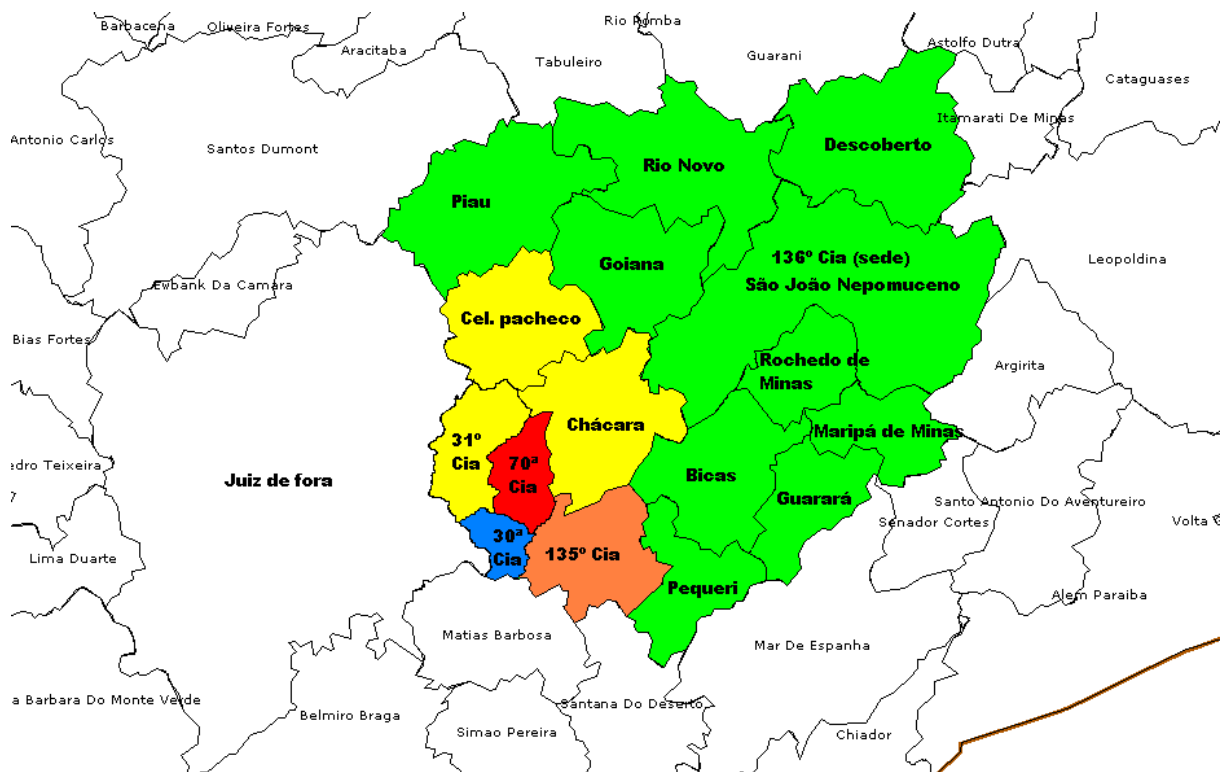


ANEXO B

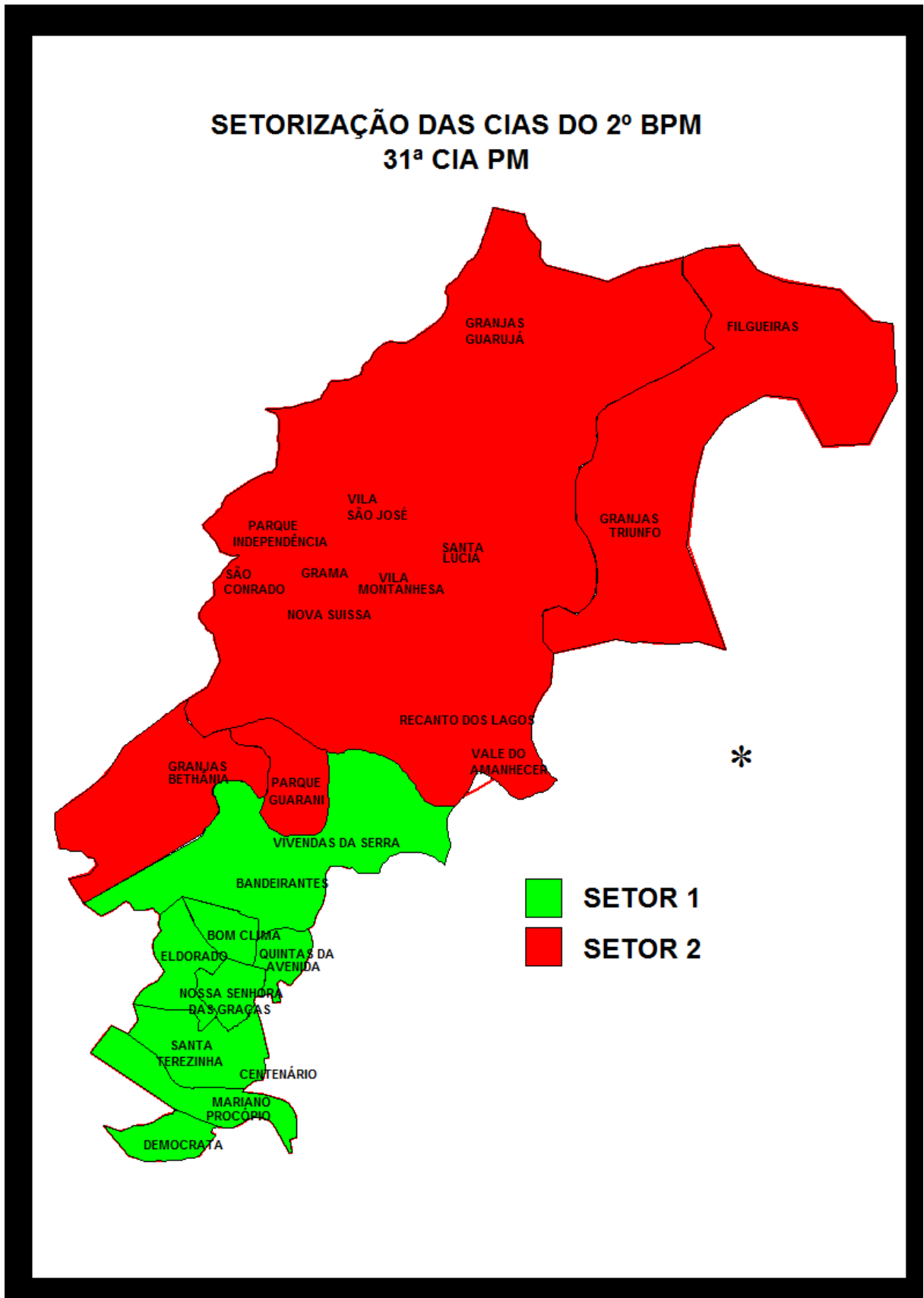


ANEXO C

MAPA DAS CIAS. DO 2º BPM



ANEXO D



ANEXO E (ADENDOS):

Índice de Abertura

" Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de 2001, abro este livro com folhas de 01 a 100, destinadas a registro de reuniões realizadas entre os Cmt dos PPC do 1º Pelotão e os Representantes dos bairros afetos ao Pelotão. (Bairro Quintas da Fenida, Bomclima, Santa Teresinha, Pentinário, Nova S. das Graças, Eldorado."

quiz de Fora, 25 de outubro de 2001.

Vera Márcia da Silva
 Vera Márcia da Silva, 1ª Ten PM
 N.º 101.887-8

Vera Márcia da Silva, 1ª Ten PM
 Cmt do 1º Pel/31ª cia PM



- Abertura de Reunião -

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, reuniram-se neste PPC do Bom Clima, os representantes dos bairros Nossa Senhora das Graças, Eldorado, Bom Clima, Quintas da Promida, Pentecostais, Parque Guarani, S. Teresinha, V. Alegre onde foram tratados os seguintes assuntos: segurança oferecida aos bairros, alternativas pl. aumentar segurança, trânsito de drogas no bairro Pentecostais; foi questionado pelo rep. do Parque Guarani, a existência de abordagens/operações, foi apresentado o problema da "Favela do Pato" em S. Teresinha; onde mulleres da redondeza estão sendo molestadas pelos moradores da favela citada, furdadores; trânsito no bairro Vista Alegre com influência no bairro N.S. das Graças, foi apresentado pelo presid. V. S. das Graças, a praça de lazer pl. o bairro, visando o bairro Vista Alegre, na tentativa de tirar as cri. do bairro, da ociosidade; projeto "bom de bola, bom de escola", descaço da PSF pelas questões políticas / ou sócio-educativas; participação dos representantes da SPM, no churrasco da Cia, dia 13/12/01. No final da reunião foi repassado p/ os rep. a diretoria da Cia, os trabalhos desmvolvidos e ideias apresentadas pl. melhorar a presença, como palestras, reuniões e o Projeto, campanha do brinquedo.

- | Bairros | Representante / Assinatura |
|-----------------------|---|
| 0) Bom Clima | - [assinatura] |
| 1) Quintas da Promida | - [assinatura] |
| 2) Pentecostais | - [assinatura] (SR NELSON) |
| 3) S. Teresinha | - [assinatura] |
| 4) N. S. das Graças | - [assinatura] FRANCISCO LUNES DO ROCHA |
| 5) Parque Guarani | - [assinatura] NELSON |
| 6) Eldorado | - |
| 7) Vista Alegre | - |
| 8) A. Eldorado | - [assinatura] Tereza Marciana da Silva |

OBS: O rep. do Quintas e do Vista Alegre saíram antes do término.

Lista para reunião da PM com SPM

- 1) SPM cadastrar famílias mais carentes do bairro
- 2) SPM fazer contatos c/ Prefeitura, buscando melhorias para o bairro
- 3) Como as autoridades do bairro, poderão trabalhar em parceria com a PM e SPM
- 4) Como a PM poderá ~~se~~ prestar um melhor atendimento aos bairros, levando-a em conta, nessas limitações
- 5) Como a Pastoral do Menor poderá trabalhar em parceria com a PM, executando programas sócio-educativos e visando a diminuir a evasão entre crianças e adolescentes.
- 6) Campanha de brinquedos p/ o Natal
- 7) Programa "Amigos da Escola".
- 8) Palestras
- 9) Pesquisas sobre o Natal, dirigi, presidentes de bairro.

Compareceram além dos acima assinados, a 1ª Ten
PM Vera Márcia, 1º Sot PM Medeiros, 2º Sargento Wernick,
3º Sot Balze. Para constar, fecho a presente ata,
cuja reunião iniciada às 20:00, encerrada às
21:30 do mesmo dia.

Vera Márcia, PM

VERA MÁRCIA DA SILVA, 1ª TEN PM.

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS

**Quarta Região da Polícia Militar
Trigésima Primeira Companhia**

Juiz de Fora, 02 de dezembro de 2001-
Da 1º Ten Vera Cmt do 1º Pel
À Sra Cap PM Cmt da 31ª Cia PM
Assunto: Reunião setorizada
Anexo: Folha nr 01/01v do livro de ata(registro de reuniões setorizadas)

Informo-vos que no dia 20/11/01 às 19:00 foi realizada a primeira reunião setorizada, abrangendo os bairros Bom Clima, Quintas da Avenida, Nossa Sra das Graças Alto Eldorado, Eldorado, Bandeirantes, Parque Guarani, Santa Terezinha e Centenário, onde compareceram os respectivos presidentes de bairros;

Iniciamos nossa reunião da seguinte forma:

- Apresentamos aos presentes as dependências do PPC do Bom Clima e atividades exercidas pelos policiais que lá trabalham;

- Objetivos da reunião setorizada: Conhecer melhor a ansiedade e expectativas de cada bairro, ouvir soluções conjuntas devido as proximidades dos bairros e alternativas para prestação de melhores serviços;

- Os presidentes de bairro manifestaram-se conforme documento em anexo.

Em suma, foi solicitado POG no bairro Santa Terezinha e operações nos bairros Centenário, Parque Guarani e Vista Alegre ; visando o combate as drogas no bairro Parque Guarani , além da falta do policiamento Comunitário

Ficou acertado que a próxima reunião será no dia 07/12/01 às 19:30 hs no PPC do Bom Clima , para que possamos tratar dos assuntos propostos pelo Cmt de Pel e sargentos assessores; sendo os seguintes assuntos: palestras com assuntos diversos , atendendo as necessidades dos bairros, para que possamos planejar e implantar a partir do próximo ano, cadastramento das famílias da "Favela do Rato" pela SPM, visando o trabalho preventivo; agendamento de uma reunião com o Prefeito Municipal ou o vice-prefeito com o intuito de despertar-lhes acerca dos objetivos de cada comunidade, do respectivo setor e a campanha dos brinquedos usados e mantimentos, almejando um natal melhor para os mais carentes.

Saliento que a satisfação dos presidentes das SPM quanto a reuniões setorizadas foi muito gratificante , sendo alvo de vários elogios;

Pelo exposto , além da preocupação de atingirmos o produto final dos serviços prestados, no caso, segurança , gostaríamos de contar com o apoio e compreensão de V. S.a para que possamos manter a credibilidade que a comunidade ora nos confia ; solicitando-lhe esforços para que possamos voltar com o POG nos bairros Santa Terezinha e a MP do bairro Centenário, sendo que as operações serão realizadas posteriormente .

SMJV , sugiro que o presente relatório seja encaminhado ao Comando para que este tome conhecimento da reunião setorizada, que é uma inovação da 31ª Cia PM.

Respeitosamente;

Vera Márcia da Silva
Vera Márcia da Silva, 1º Ten PM
Cmt do 1º Pel

Vera Márcia da Silva PM
N.º 101.887-8

" Segurança , um produto que não pode faltar "

Compareceram além dos acima assinados, o 1º Ten PM Vera Márcia, 1º Sgt PM Medeiros, 2º Sargento Werneck, 3º Sgt Dsilze. Para constar, ficou a presente ata, cuja reunião iniciada às 20:00, encerrada às 21:30 do mesmo dia.

Vera Márcia, 1º Ten PM Vera Márcia, 101.887-8

VERA MÁRCIA DA SILVA, 1º TEN PM.

- Ata da reunião do dia sete de dezembro de 2001 -

Aos sete dias do mês de dezembro de 2001, reuniram-se neste PPC do bairro Bonclima, os representantes dos seguintes bairros: N. Sra das Graças, Santa Teresinha, Centenário, Vila S. Teresinha, Parque Guarani,

além dos seguintes militares, 1º Sgt PM Medeiros, 2º Sgt PM Werneck, 3º Sgt PM Dsilze, além da 1º Ten PM Vera, emt do pelotão em epígrafe.

Foram relatados os seguintes assuntos: retorno com relação ao encontro com o Vice Prefeito Dr. Sebastião Noldes, foi explicado pela pultora da reunião, 1º Ten PM Vera, a questão do comatato para o telefone celular do bairro Santa Teresinha, questão de perturbação da tranquilidade de bares no bairro Santa Teresinha, solicitação das granjas Graúba no Parque Guarani, no tocante a policiamento ostensivo; retorno de operações realizadas nos bairros Centenário, campanha do Natal para a "Favela do Rato"; rua de lazer para a "Favela do Rato"; (compareceram os) digo, o Sgt Medeiros falou sobre o churrasco com a SPM, dia 13 no Bunker do 2º BPM. Para constar, em 3º Sgt Dsilze, sessão de 15min, que precedida pela 1º Ten PM Vera, foi iniciada às 20:00 e encerrada pela 1º Ten PM Vera, que assinou a

REUNIÃO COM PAIS / CADASTRAMENTO

Data: 18/01/02

Hora: 18:30 hs

Convidado: Sr Geraldinho - Presidente SPM/ Sta Terezinha

Som: St Leopoldo (CAA-4)

Convite; feito corpo a corpo.

Pauta

1º assunto: Missão Consitucional e Policiamento Comunitário
Vínculos Políticos: Não Há

2º Assunto: Propostas do Projeto: Vislumbrar a perspectiva de /
uma vida melhor visando um direcionamento profissional/educacional
às crianças e adolescentes da Vila .

Ex: Ocorrência de Sexta-feira(Mulher MO95) ; abordagem é co-
mum (local com pessoas suspeitas); não é feita somente na Vila.

3º Assunto: Ocupação das crianças e adolescentes visando uma /
perspectiva melhor de vida, momento cívico, palestras diversas (
drogas, sexualidade, primeiros-socorros, doenças venéreas, AIDS,
meio ambiente, transitolândia, natação, futebol, dança, higiene bu
cal, peça teatral, cinema, apresentação, capoeira, banda do 2º BPM
coral); plestras sobre nutrição, etc.

4º Assunto: Exemplos de vida/ Sgt Albino.

5º Assunto: Importância da participação efetiva dos envolvidos

6º Assunto: Palavra do Sr Geraldinho - Pres. SPM

Vera Márcia da Silva, 1ª Ten PM
VERA MÁRCIA DA SILVA, 1º TEN PM

Coord. do Projeto

PAUTA REUNIÃO DIA 11/03/02**Horário: 18:30 h****Local: Salão Igreja Santa Terezinha****Desenvolvimento:****Cumprimentos, apresentação dos instrutores e parceiros;****Retorno da 1ª reunião:****Natação:** 20(vinte) crianças atendidas com roupa de banho patrocinadas e exames médicos realizados na SAS do 2º BPM; autorização dos pais para participar das aulas e do projeto; horário 17:00 h às 18:00 h; às segundas e terças-feiras na ADPM; instrutor Cb BM Richardson; utilização da piscina somente com o instrutor e militares acompanhantes;**Futebol:** 13(treze) crianças atendidas no futebol com uniforme patrocinado pela RENA VI Esportes; autorização dos pais para participar das aulas e do projeto; exames médicos realizados na SAS; treinador Rogério do TUPI;**SENAI:** sorteio de cursos;**Exigências:** estudar, disciplina, participação dos pais, frequência;**Aberta a palavra ao Sr. Ricardo Strade, parceiro, Presidente SPM Santa Terezinha, instrutores e equipe;****Término: 20:00 h**

Vera Marcia da Silva
VERA MÁRCIA DA SILVA, 1º TEN PM
COORDENADORA

Ata da reunião do dia 11 de março 2002.

Des onze dias do mês de março do corrente, foi realizada no Salão da Igreja Santa Teresinha, reunião com os cadastrados no Projeto Desafio, envolvendo os moradores da Vila Santa Teresinha, conhecida como "Favela do Rato".

20 crianças da Vila, com faixa etária de 00 a 10 anos foram atendidas na matacão. As roupas de banho foram patrocinadas pela "Alma - Luz e Força", na pessoa da Sra Vera.

Compareceram na reunião as seguintes pessoas, envolvidas no "Projeto": Tenente, Sgt Albino, Sgt Dairze, Sgt Gregório, O Sr Ricardo Strade, Sr Rogério (treinador do Jupi); O Sgt Langqueli, Cb Richardson, do BM, O Sr Geraldo presid SPM do B

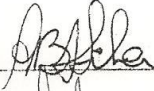
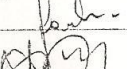
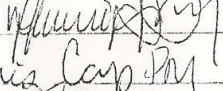
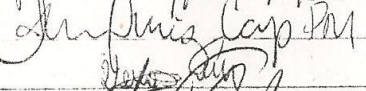
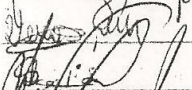

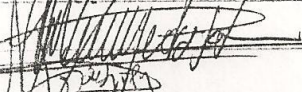
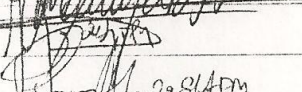
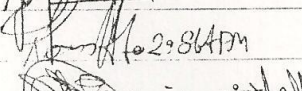
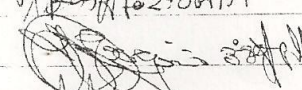

Os pais foram orientados quanto às responsabilidades a eles inerentes, bem como acerca dos exames médicos realizados nos seus filhos. Foram atendidas no futebol 13 crianças; o kit de futebol, com exceção das chuteiras foram patrocinadas pela "Remar". As crianças serão treinadas no Jupi Sport Clube e as chuteiras serão adquiridas com o patrocínio da SPM do Bairro Santa Teresinha; foram retirados ainda, os cursos do SENAI; para adolescentes na faixa de 15 a 19 anos.

A reunião iniciada às 19:10; término às 21:00 sem alterações. Foi dada a palavra aos representantes e voluntários do projeto.

Deise Nereia de Fátima (SMM)

Dona Marcia da Silva (SMM)

1. B. 101/001-0

SPM Centenário 
 SPM Bom Clima 
 Major Rodrigues 
 Cap Anjele 
 Ten Dora 
 Sgt Cyrino 
 Sgt Wenceslau 
 Sgt Mendes 
 Sgt Haramoto 
 Sgt Gregório 
 Sonia Tioza 

Ata da reunião do dia 18 de março 2003

Nos dezeto dias do mês de março do ano de dois mil e três, às 19:30hs, teve início no salão da igreja Santa Teresinha a reunião com os presidentes de SEMs da região Nordeste e vários membros da comunidade envolvidos no Projeto Desafio, sendo tratados os seguintes assuntos:

Bela Bonfina, apresentação do projeto, bem como o desenvolvimento do mesmo; citada os membros envolvidos na coordenação do projeto; esclarecimento sobre a rede situada AV: Rui Barbosa 1384, onde o aluguel está sendo custeado pela AMAC, e água e luz pela SEM Santa Teresinha e Souza; apresentação do regimento interno; entrega de pastas aos instrutores presentes contendo documentos pertinentes a cada modalidade; exposto o que se espera das aulas ministradas as crianças e adolescentes do projeto esclarecido sobre a referência da AMAC; relatado sobre as normas do projeto; conhecimento do quadro de horários das atividades; esclarecido quanto aos horários das crianças/adolescentes do projeto (presença); citado a respeito dos brinquedos a serem oferecidos para a brinquedoteca; citado a respeito da importância; citado a respeito dos meios de transporte (o que tem e o que necessita).

de locais distantes de Santa Teresinha; sendo esclarecido e informado sobre o núcleo da Sela dos Sonhos e a possibilidade de existir um núcleo em Uxama;

Sela D. Heloisa (Pastoral) quanto à área externa (cobertura); (mde); Selo de Geraldo (com Santa Teresinha) esclarecido quanto a utilização dos dependências da EBAMIG (de quadras e piscina); A reunião iniciou às 19:30HS, com término às 23:00h, sem alterações, que foi assinada pelos presentes:

Jose Maria de Lira, 1º Sen AM
Renata Alves e Cleovan Sa M - Roberto
Mário Loures Rodrigues Nunes
MARCIO NUNES DA ROCHA

Arilda de Souza Santos Costa
Mário Vicentino Ceilho (Timimba)
Márcia das Graças Oliveira Afonso
Rogério Fátima de Almeida

Quilômetro
Sergio Geraldo F. da Costa
Muel Aponte de Lira
Helena de Souza Ribeiro
Elson Lino de Lira

José Maria Soares da Silva
Márcia Baptista Costa
Márcia Regina Gomes dos Santos

Sandra Maria de F. da
Roberta Vitor F. Pereira

APÊNDICE

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2011.

Senhores participantes e ex-participantes do Projeto Desafio,

Com o objetivo de coletar dados para o trabalho científico em desenvolvimento no Curso de Especialização de Segurança Pública (CESP 2011) cuja finalidade é descrever o processo de elaboração e implementação do Projeto Desafio à luz dos princípios do policiamento comunitário e conforme preconiza a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nr 04/2002 – Comando Geral(CG) , que regula a aplicação da filosofia da Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais, solicito que respondam as perguntas abaixo:

- 1 - Qual é a situação que caracterizava a região onde se implementou o projeto em termos de vulnerabilidade?
- 2 - Como surgiu a idéia de se fazer o projeto?
- 3 - Qual o papel da polícia e da comunidade no projeto?
- 4 - O que favoreceu as parcerias?
- 5 - Qual foi a recepção do projeto por parte dos envolvidos?
- 6 - Quais foram as principais dificuldades?
- 7- Como é a receptividade da comunidade em relação ao projeto ?

8 - Quais são os aspectos positivos e negativos?

9 - Como a comunidade, os parceiros, os assistidos vêem o projeto? Alguém já chegou para você e falou sobre o projeto?

10 - Como você vê o Projeto Desafio? O que ele significa para você? Qual a diferença que ele faz na sua vida?

11 - Com que olhos você vê a Polícia Militar. Como você via antes e como você vê agora?

12 - O que mudou na vida dos ex-participantes que tiveram no projeto, caso você conheça algum?